

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CHARLES DIEGO ANTONIO

A expansão dos *shopping centers* e a dinâmica imobiliária
no ABC paulista.

SÃO PAULO

2016

CHARLES DIEGO ANTONIO

A expansão dos *shopping centers* e a dinâmica imobiliária
no ABC paulista.

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo sob a orientação do
Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr.

SÃO PAULO

2016

Resumo: Este estudo propõe-se a compreender a lógica que rege a expansão dos *shopping centers* no ABC paulista, especialmente entre 1994 e 2015. A escolha desse período específico tem relação direta com a pesquisa realizada por Pinto (1994) “*Contribuição geográfica ao estudo dos shopping-centers o caso do abc paulista*”, onde a autora analisa o crescimento desses empreendimentos comerciais na região até aquele ano. Busca-se, portanto, compreender o que mudou nesse processo desde então. Relacionado a este objetivo, a pesquisa procurou analisar como esse processo afetou a dinâmica do setor imobiliário e das alterações, sobretudo nas áreas ao redor desses centros comerciais, por meio do olhar teórico metodológico da Geografia.

Palavras-chave: *shopping center*, reestruturação, ABC paulista.



Charles Diego, 2016.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 01 – BREVE RELATO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ABC PAULISTA	10
1.1 – Da Borda do Campo às Sete Cidades.....	10
1.2 – O contexto da chegada das multinacionais.....	15
1.3 – A chegada das indústrias no ABC paulista e a expansão do espaço urbano	17
CAPÍTULO 02 – A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA DÉCADA DE 1980	23
2.1 – O contexto internacional e nacional	23
2.2 – O “abandono” dos espaços industriais e ação especulativa	26
2.3 – A valorização do espaço e a integração à metrópole.....	29
2.4 – A refuncionalização do espaço industrial e a chegada dos <i>shopping centers</i>	35
CAPÍTULO 03 – BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DOS SHOPPING CENTERS NA LÓGICA DE OCUPAÇÃO DO ABC PAULISTA	38
3.1 – A expansão dos <i>shopping centers</i> no ABC paulista	46
3.2 – A relação entre os <i>Shopping Centers</i> e a dinâmica imobiliária no ABC paulista	54
3.3 – O acúmulo de funções nos <i>shopings</i> e o esvaziamento do espaço público	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A região do grande ABC paulista - composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - ficou conhecida nacionalmente por concentrar considerável porção de indústrias do estado de São Paulo. Essa concentração industrial foi característica marcante da área de estudo, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1980.

Desde meados da década de 1970, o país voltava sua atenção para essa região devido às grandes greves sindicais que ali ocorriam. As reivindicações defendidas pelos operários fabris, especialmente os metalúrgicos, que lutavam por melhores condições de trabalho, salários mais adequados e pela democratização do país, eram sintomáticas de que a região passava por grandes mudanças no âmbito socioeconômico. Esse foi apenas um dos fatores que promoveu, nos anos e décadas seguintes, a saída de boa parte dessas indústrias para outras localidades, processo bastante tratado na bibliografia especializada, comumente conhecida como desconcentração industrial.

Na década seguinte, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo intensifica-se o processo de passagem para um novo momento do modo de acumulação e reprodução do capital; esse novo processo atinge diretamente a produção industrial. A busca por maiores lucros e por locais onde a produção pudesse se dar com custos mais baixos fez com que ocorresse a desconcentração industrial dentro do estado, levando indústrias que estavam em cidades mais próximas à São Paulo, para municípios mais periféricos, ainda pertencentes à Região Metropolitana paulista. Em outros casos, as indústrias se deslocaram para o interior do estado e até mesmo para outras das macrorregiões brasileiras. Esse fenômeno, por diversas vezes, é chamado de “desindustrialização” do estado de São Paulo o que muitas vezes leva à uma concepção equivocada de que as indústrias estão desaparecendo por completo, quando alguns dos censos industriais da capital paulista, em anos recentes, chega até mesmo a mostrar um número maior de indústrias, em que pese serem menores.

O que ocorreu de fato no estado paulista foi uma desconcentração industrial. As unidades produtivas buscam novos locais para se reproduzir, estes são cada vez mais afastados do grande centro da cidade de São Paulo, contudo os lucros e a infraestrutura, necessários para abrigar a produção moderna, ainda estão concentrados na capital paulista.

Tanto o Sudeste quanto o estado de São Paulo não perderam a primazia industrial sobre as demais regiões brasileiras. Tal rearranjo igualmente não implicou na desconcentração do capital acumulado no estado paulista, porém, esse fenômeno deixou marcas importantes no território e tem orientado a forma como a metrópole tem se reproduzido desde então.

Com o rearranjo das indústrias, o espaço físico anteriormente ocupado pelas fábricas é liberado para novos usos. A lógica da acumulação flexível já não considerava mais funcional a existência de gigantescas plantas fabris. Esses espaços eram compostos por diversas áreas extremamente subutilizadas (sob o olhar dessa nova técnica/modo de reprodução do capital). Gigantescos pátios, estoques e centrais de armazenagem poderiam dar abrigo às atividades ligadas ao setor terciário (centros comerciais/*shopping centers*, hotéis, centros de convenções).

Nas últimas décadas, houve um crescimento relevante dos estabelecimentos comerciais conhecidos como *shoppings*, tanto no âmbito nacional quanto na região do grande ABC. Especificamente no ABC paulista, além do aumento do número de *shoppings*, pôde-se observar que todos esses estabelecimentos passaram por reformas que foram acompanhadas por mudanças consideráveis nas suas adjacências.

O surgimento de novos condomínios residenciais ou comerciais, “revitalizações” de córregos, asfaltamento de vias, a implantação de sinais semafóricos para orientar o tráfego de veículos, a instalação de lombadas “inteligentes”, de ciclo-faixas, de novos pontos de ônibus e abertura de novas ruas são acontecimentos que ocorreram concomitantemente com a implantação das reformas ou criação de novos *shoppings*.

Seguindo uma tendência existente na cidade de São Paulo, há tempos os *shoppings* do ABC paulista concentram funções que vão além da simples configuração de centros comerciais. Tal fenômeno também está relacionado às mudanças pelas quais às cidades passaram após a definição do rearranjo industrial.

O presente estudo se propôs, inicialmente, a investigar avanço dos *shopping centers* no ABC paulista, contudo, o enfoque final esteve principalmente sobre as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, onde os resultados buscados foram mais evidentes.

Antes do aprofundamento desses elementos, outra observação se faz necessária. Essa pesquisa não pretende se aprofundar no debate a respeito do termo “região”, que possui diversas definições e é utilizado de diferentes formas. Muitas vezes, o termo região é usado para definir a área de estudo escolhida. Moradores, ou mesmo órgãos oficiais como a Câmara Regional do Grande ABC, utilizam o termo “região do ABC paulista”, ou “região do Grande ABC”, para se referir a área de estudo. Existe também o uso do termo “Grande ABCD”, assim como a menção, menos comum, a sigla “ABCDMRR” ou simplesmente “Sete Cidades”. Para todos os efeitos, no trabalho será utilizado o termo “ABC paulista”, o mesmo termo utilizado pela professora Isabel Aparecida Pinto¹, em sua tese, que data do ano de 1994.

Há discordâncias em relação ao uso desse termo, porém, apoiado nos conceitos estudados por Celso Daniel² apresentados, inclusive, no estudo de Jeroen Johannes Klink³ utilizaremos o termo região durante a pesquisa para designar esse conjunto de municípios anteriormente citados, e que possuem relativa homogeneidade.

Contudo, vale ressaltar que não é objetivo da pesquisa afirmar que tal área possui autonomia em relação à metrópole paulista. Dessa forma, ao longo do texto, será apresentado um breve panorama que indicará a integração existente entre o ABC paulista e a capital paulista.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da leitura de textos relacionados à mudança no padrão industrial ocorrida na região da Grande São Paulo; à refuncionalização do espaço urbano; à passagem do modelo de acumulação industrial fordista para o modelo de acumulação flexível e ao fenômeno da expansão dos *shopping centers*. Também foi realizado o levantamento de dados que buscam corroborar as experiências de campo e os elementos obtidos por meio da avaliação teórica dos textos.

¹ Trata-se da professora Isabel Aparecida Pinto Alvarez. Todas as citações à PINTO (1994) fazem referência à mesma autora que atualmente assina como ALVAREZ.

² Celso Daniel foi um importante teórico e político nascido em Santo André. Idealizador do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (1990) e prefeito do município por três oportunidades pelo Partido dos Trabalhadores. Seu último mandato foi bruscamente interrompido em razão de seu assassinato em 2002.

³ Doutor em planejamento urbano, pela Universidade de São Paulo. Atualmente professor da UFABC. Autor da obra “A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista”. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Por fim, buscou-se chegar a uma espécie de panorama estimado para o futuro próximo, por meio das observações das tendências encontradas e que estavam de acordo com o que a atual conjuntura nos vem revelando.

CAPÍTULO 01 – BREVE RELATO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ABC PAULISTA

Neste capítulo, será apresentado um breve relato a respeito da origem e formação dos municípios que compõem o ABC paulista. Após essa pequena contextualização, acompanharemos como ocorreu parte do processo de chegada das indústrias e das empresas multinacionais que se instalaram na área. Mostra-se necessária a apresentação e compreensão das etapas de ocupação desse território para depreendermos melhor quais são os reflexos desse processo sobre a atual configuração espacial da área de estudo.

1.1 – Da Borda do Campo às Sete Cidades.

O início da ocupação, da área que atualmente é conhecida como ABC paulista, data do início do século XVI. Aproximadamente, entre os anos de 1500 e 1510, o desbravador João Ramalho teria fundado o povoado denominado Borda do Campo, aproximadamente onde existem os atuais municípios de Santo André e São Bernardo do Campo. Décadas depois, em 1532, após a fundação da capitania de São Vicente:

Martin Afonso de Souza transpôs a Serra para oficializar o povoado de Santo André da Borda do Campo, que por sua posição geográfica teria papel predominante no desenvolvimento do território Paulista. Nomeou então, João Ramalho, Capitão-mor do Campo de Piratininga. (IBGE)⁴.

No local, existiu a histórica Villa de Santo André da Borda do Campo (1550-1560). Apesar da ocupação inicial, o povoado apresentou grande dificuldade de se estabelecer efetivamente, os ataques indígenas eram constantes; e, durante décadas, a vila permaneceu completamente abandonada. Somente no século XVIII, o cenário volta a mudar e a área passa por um novo processo de ocupação. A região era um local de passagem, como dito anteriormente, por aqueles que atravessavam o Planalto e se dirigiam ao porto de Santos. Os viajantes utilizavam a área como ponto de parada durante a viagem. Em 1717, um pequeno povoado começa a se desenvolver ao redor de uma capela fundada por

⁴ De acordo com o histórico apresentado pelo IBGE, baseado, também, no histórico oficial apresentado pelas prefeituras municipais. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php>.

missionários, na fazenda dos Monges Beneditinos, às margens do Ribeirão dos Meninos, local onde hoje existe o bairro Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo.

Em 1735, itinerantes que atravessavam repetidas vezes os velhos caminhos da Serra do Mar, fundaram a capela de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem “[...] ao redor da capela começaram a se concentrar numerosos habitantes e, em 1805, foi elevada a Curato”.

Curato, basicamente, configurava-se como um subúrbio da capital paulista. Em razão de ter se formado e crescido em terras que pertenciam aos Beneditinos, o povoado não pôde ser oficializado. Foi necessário que, no princípio do século XIX, ele fosse transferido para outro trecho da estrada utilizada pelos viajantes (área onde está atualmente a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo).

Ainda no início do século XIX, especificamente em 1812, o Marquês de Alegrete alterou a categoria do local de curato para o de freguesia, subordinada ao município de São Paulo, mudando o nome dessa localidade para São Bernardo, mesmo nome da grande fazenda dos Monges Beneditinos que ali existia. A fazenda, por sua vez, possui esse nome em razão da construção de uma capela em homenagem ao Santo. Assim surgiu São Bernardo, nas imediações do local onde existiu a antiga vila de Santo André da Borda do Campo.

Em 1877, nas terras que haviam sido desapropriadas por pertencerem às propriedades Beneditinas, foi instalado o Núcleo colonial de São Bernardo. A presença dos imigrantes italianos, recém-chegados ao nosso país, tornou-se gradativamente mais marcante. Na região, eles dedicavam-se majoritariamente à atividade agrícola. A agricultura, nesse momento histórico, era o principal motivador para a expansão dos povoados. O avanço da agricultura foi acompanhado pela expansão das práticas ligadas ao extrativismo vegetal. A retirada de extensas áreas da Mata Atlântica, vegetação original da área, liberava matéria-prima necessária para atrair atividades moveleiras. Alguns desses núcleos coloniais desapareceram completamente no século seguinte, pois foram atingidos ou pelas obras ou pelas águas desviadas para a construção da represa Billings.

Ainda no século XIX, a passagem da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, denominada *São Paulo Railway*, importantíssima rota de ligação entre as plantações de café que se desenvolviam no interior paulista e o maior porto brasileiro (atravessando durante parte do

seu trajeto a freguesia de São Bernardo) atraiu um considerável número de novos moradores, para as áreas próximas à linha férrea, dando um importante impulso de crescimento para a região. Segundo Jeroen Klink (2001), a implantação da linha férrea resultou na ocorrência de um fenômeno chamado de povoado-estação, povoamento característico exatamente pelas aglomerações às margens da linha férrea.

No ano de 1889, a freguesia foi elevada a categoria de município, desmembrando-se do município de São Paulo. O município de São Bernardo era formado naquela oportunidade pelos distritos de Santo André, São Caetano, Ribeirão Pires e Paranapiacaba. Cada um desses distritos era configurado com um importante ponto de parada dos trens que circulavam pela *São Paulo Railway*; nesses pontos, foram criadas estações, que ainda hoje preservam elementos originais da época de criação, ao redor delas, os fluxos de moradores atraídos foram ainda mais intensos. A sede municipal nas proximidades do chamado centro de São Bernardo era a única das áreas citadas anteriormente que não compartilhava da passagem das linhas férreas. O distrito de Santo André, também conhecido na época como Bairro da Estação, em razão da estação ferroviária da *São Paulo Railway* inaugurada em 1867, passou a se destacar, atraindo empresas, abrigando a instalação de indústrias e recebendo um número cada vez mais expressivo de habitantes. Os motivos para tal eram diversos, entre eles podemos citar como mais relevante à proximidade com a capital paulista e a facilidade de acesso promovido pelo transporte ferroviário. A população do então município de São Bernardo, área dos atuais municípios do ABC paulista, aumentou em oito vezes, passando de 2.787 para 25.215, entre 1874 e 1920⁵.

Em 30 de novembro de 1938, Santo André foi elevado, por decisão do Governo Estadual Paulista, à categoria de município. O até então distrito de São Bernardo vinha apresentando crescimento consideravelmente rápido, superando o registrado nos demais distritos. Em poucos anos, Santo André passou a abrigar as mais importantes indústrias e a maior população de todo município. A mesma determinação de 30/11/1938 estabeleceu que a sede municipal deveria ser transferida para o centro de Santo André (antigo bairro estação). São Bernardo, por sua vez foi reduzido à categoria de distrito de Santo André. Como assinalou Jeroen Klink (2001), foi em função do processo de crescimento industrial e residencial em torno do eixo ferroviário que a sede de São Bernardo foi transferida para

⁵ Conforme os dados apresentados por KLINK, 2001, p. 94.

Santo André, no ano de 1938. Nesse mesmo ano, o distrito de São Caetano foi extinto e seu território passou a compor o município de Santo André.

Entre os anos de 1939 e 1943, o município de Santo André era composto por cinco distritos. O primeiro levava o nome do município, por ser onde se localizava a sede administrativa do mesmo, além de São Bernardo, Mauá (que também abrigava uma das estações da *São Paulo Railway*, localizada entre Santo André e Ribeirão Pires), Paranapiacaba e Ribeirão Pires.

Em 30 de novembro de 1944, o município de Santo André é desmembrado. Dele se separou o distrito de São Bernardo que foi elevado à categoria de município e passou a chamar-se São Bernardo do Campo, o apêndice “do Campo” foi adotado para evitar confusões administrativas relacionadas ao antigo município de São Bernardo que existiu até 1938 e passou a ser chamado de Santo André. São Bernardo do Campo utiliza a data histórica do estabelecimento da “Villa da Borda do Campo” de João Ramalho, em 1533 para comemorar seu aniversário de fundação, porém seu reconhecimento oficial é bem mais recente. É válido ressaltar que, no ano de 1939, as obras da Rodovia Anchieta foram iniciadas, seu primeiro trecho foi entregue em 1957. Esse importantíssimo eixo rodoviário que permitiu a ligação entre a capital paulista e o porto de Santos, foi essencial para o desenvolvimento que seria presenciado no município de São Bernardo do Campo nas décadas seguintes. Ainda em 1944, São Caetano voltou a ser reconhecido como um distrito de Santo André.

Em 24 de dezembro de 1948, São Caetano foi desmembrado de Santo André, sendo elevado à categoria de município com o nome de São Caetano do Sul. Na mesma data, foram criados os distritos de Diadema e Riacho Grande, como parte do município de São Bernardo do Campo.

Em 30 de novembro de 1953, os distritos de Mauá e Ribeirão Pires foram elevados à categoria de município e também deixaram de compor o município de Santo André.

O distrito de Diadema se emancipou de São Bernardo do Campo e foi elevado à categoria de município em 18 de fevereiro de 1959.

Finalmente, em 1964, o distrito de Rio Grande da Serra, pertencente a Ribeirão Pires, se emancipou, e foi elevado à categoria de município. Sendo assim, somente na

segunda metade do século XX teríamos oficialmente o estabelecimento dos sete municípios que formam o ABC paulista atualmente.

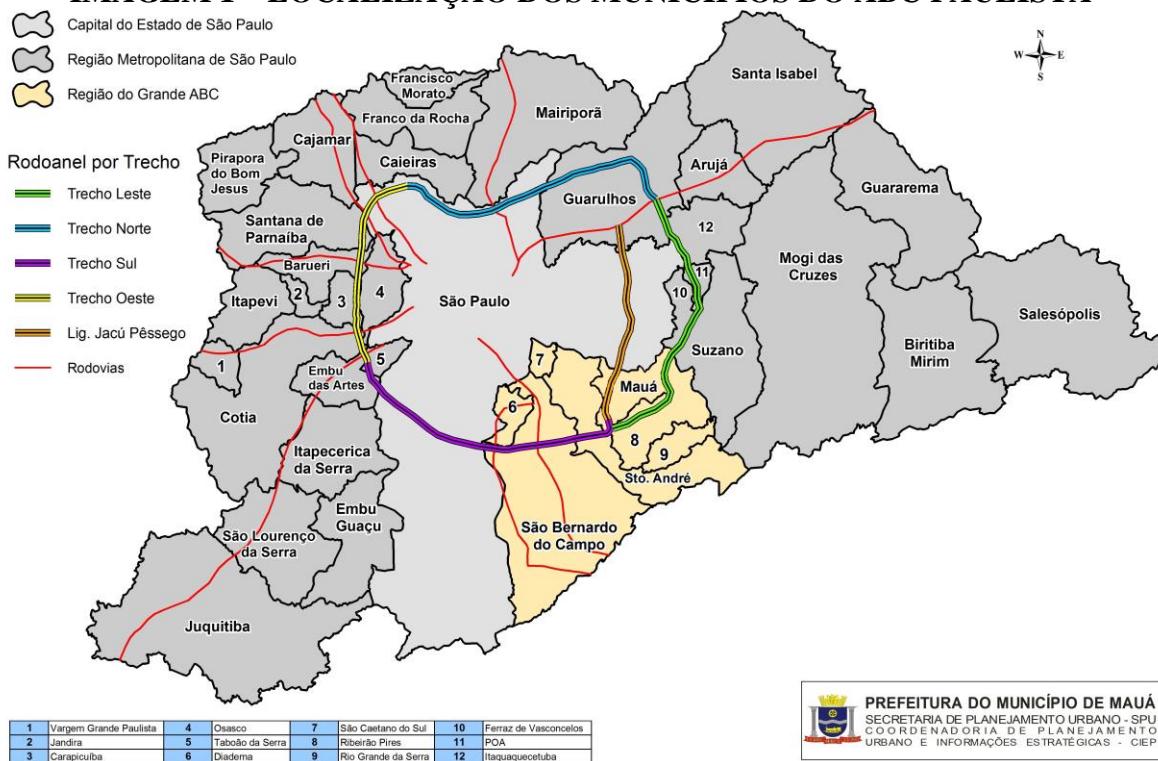
Atualmente, Santo André é formado por três distritos, sendo eles: Santo André, Capuava e Paranapiacaba. São Bernardo do Campo é formado por dois distritos: São Bernardo do Campo e Riacho Grande. Os demais municípios não apresentam divisão distrital.

TABELA 1 – DIVISÃO MUNICIPAL DO ABC PAULISTA

Até 1943	1944 – 1948	1953	1959	1967
Santo André	Santo André	Santo André	Santo André	Santo André
		Mauá	Mauá	Mauá
		Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	Ribeirão Pires
	São Bernardo do Campo			
			Diadema	Diadema
	São Caetano do Sul			

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados fornecidos pelo IBGE.

IMAGEM 1 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ABC PAULISTA



Fonte: Setor de Geoprocessamento - SPU/PMM, 2011.

1.2 – O contexto da chegada das multinacionais

Durante a década de 1950, imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu à intensificação da dispersão das indústrias, chamadas multinacionais, pelas nações do terceiro mundo. A busca por lucros maiores, em um cenário em que importantes nações europeias buscavam se reerguer fez esses grandes conglomerados voltarem suas atenções à nações como o Brasil.

No caso brasileiro, o desenvolvimento dos meios de transportes e das vias de circulação necessárias para dar abrigo às atividades do chamado “complexo cafeeiro paulista” foram essenciais para no futuro permitirem, por um lado, o início de nossa industrialização e, por outro, “preparar o terreno” para a posterior chegada das multinacionais. Nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por considerável crescimento industrial, principalmente motivado pela política nacional de substituição das importações. O início da industrialização brasileira se apoiou nos incentivos dados pelo governo federal e no controle desses recursos exercido pelo próprio Estado. Entretanto, não devemos negligenciar a considerável participação do capital empresarial brasileiro. O historiador estadunidense Warren Dean (1971) chegou a assinalar que a quase totalidade dos empresários brasileiros proviam da elite econômica rural⁶. Após o declínio da economia cafeeira brasileira, com a queda brusca dos preços no início do século XX, causada pela Primeira Guerra Mundial, mas, sobretudo, após a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, um grande montante do capital existente e gerado pelo complexo cafeeiro, pôde ser revertido para o setor industrial. Pode-se afirmar que:

O complexo cafeeiro proporcionou, dessa forma, o mercado de trabalho e de consumo para a nascente indústria paulista, as divisas necessárias à importação de bens de produção e, os capitais necessários para a sua instalação. Em resumo, foi a grande interdependência entre todas essas atividades e o modo de produção capitalista que desde cedo floresceu, que engendraram essa precoce indústria de transformação. (CARDOSO DE MELLO 1986, p. 143-144 apud NEGRI, 1996, p. 32).

O Brasil e, sobretudo, São Paulo ofereciam o cenário propício para a chegada das empresas multinacionais. O desenvolvimento de uma indústria de base com controle estatal

entre as décadas de 1930 e 1940; o desenvolvimento de vias de circulação em razão do complexo cafeeiro; a grande disponibilidade de acesso à matéria-prima; e por fim, a população em constante crescimento. Esses elementos somados compunham tal cenário.

Citando Barjas Negri:

A dimensão de sua população, de sua renda e seu elevado grau de urbanização faziam de São Paulo o maior mercado consumidor do país; aí se encontrava também o mais desenvolvido mercado de trabalho, e as dimensões de sua base produtiva agrícola e industrial, aliadas a sua expressiva estrutura do setor terciário, conferiam-lhe a maior capacidade de articulação inter-regional. (NEGRI, 1996, p. 58).

Não podemos também deixar de considerar a disponibilidade de mão-de-obra, consideravelmente mais barata do que a encontrada pelas multinacionais em seus países de origem, como na América Anglo-Saxônica ou na Europa Ocidental. Eduardo Galeano apresentou com clareza a amplitude dessa disparidade quanto afirmou que:

Entre 1955 e 1966, no Brasil, a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a de comunicações e a automobilística elevaram sua produtividade em cerca de 30 por cento, mas no mesmo período os salários de seus operários cresceram, em valor real, apenas 6 por cento. [...] A América Latina oferece braços baratos: em 1961, o salário-hora médio nos Estados Unidos elevava-se a dois dólares; [...] no Brasil (era de) 28 (centavos) (GALEANO, 2012, p. 352)⁷.

A chegada dessas empresas estrangeiras foi resultado, e parte do processo, ligado às necessidades de reprodução do capital e foram determinadas, sobretudo, por agentes externos. Tais agentes influenciaram grandemente na ratificação das medidas que afetaram diretamente o desenvolvimento interno de países como o nosso. Como bem lembrou Milton Santos (1996), as “paisagens do mundo subdesenvolvido, efetivamente, derivam das necessidades da economia dos países desenvolvidos, onde finalmente, se encontra a decisão”⁸.

⁶ DEAN, 1971, p. 57.

⁷ Dados extraídos por Galeno do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

⁸ SANTOS, p. 09, citando SORRE, M.

1.3 – A chegada das indústrias no ABC paulista e a expansão do espaço urbano

Um dos fatores que levou à necessidade de fragmentação do município de Santo André em sete unidades políticas distintas que atualmente formam o ABC paulista foi o crescimento populacional, industrial e consequentemente urbano dos distritos citados no início desse capítulo.

A chegada da indústria foi responsável pela alteração dos perfis econômicos dos núcleos coloniais, que anteriormente eram basicamente agrícolas e extrativistas. Ainda no mesmo sentido, essa mudança trouxe uma substancial melhora na qualidade de vida da região, de maneira geral, pode-se dizer que “os avanços da industrialização e sua repercussão em todo mundo levam a um progressivo aumento do bem-estar, embora desigualmente distribuído” (SANTOS, 2014, p. 42). Tal desigualdade na distribuição dessa melhora na qualidade de vida gerou aumento nas disparidades entre os distritos, e posteriormente, entre os municípios. O principal resultado do aumento dessas discrepâncias, que podem ser verificadas ainda hoje, foi a determinação da fragmentação do município de Santo André.

Um dos elementos que contribuiu para a diferenciação dos distritos foi o estabelecimento da linha férrea que atravessa a região e, posteriormente, a construção da rede rodoviária, com especial destaque à Via Anchieta.

Nas proximidades da *São Paulo Railway*, diversos núcleos populacionais foram se desenvolvendo. Tais núcleos possuíam funções residenciais ou comerciais. Nesses núcleos, como foi exemplificado anteriormente, (quando falávamos a respeito do surgimento da indústria moveleira de São Bernardo do Campo) surgiram indústrias extrativistas como, principalmente, as madeireiras, mas também fábricas de cimento e cerâmica. Em 2014, parte do espaço, da antiga Cerâmica São Caetano, foi utilizado para dar abrigo a um centro expositivo da Fundação Pró-Memória de São Caetano. (*Ver imagem 2*).

Com o declínio da economia cafeeira, no fim da década de 1920, o padrão de acumulação existente até então é alterado, a capital paulista passa pelo processo conhecido como industrialização restritiva, conceito que trata a respeito da industrialização bastante tardia pela qual o Brasil passou durante o século XX.

A indústria chega ao ABC paulista, de maneira marcante a partir da década de 1920. A *General Motors*, grande montadora estadunidense, se estabelece no distrito de São Caetano, em 1927, ao lado da estrada de ferro, onde permanece até hoje. O fator mais importante para justificar tal localização foi a facilidade de transporte de peças e veículos automotores desmontados que poderia ser realizado pela ferrovia. No mesmo período ocorreu a instalação da indústria de *rayon*⁹ de Francisco Matarazzo, que conserva suas clássicas chaminés até os dias de hoje, (*Ver imagem 3*) também ao lado da linha do trem. Contudo, apesar do expressivo crescimento, ainda nesse momento, o ABC paulista apresentava características de cidade-dormitório¹⁰, a maior parte dos moradores ainda encontrava emprego nos bairros da capital paulista.

IMAGEM 2 – CERÂMICA SÃO CAETANO



Fonte: Fundação Pró-memória de São Caetano do Sul, 3^a edição, 2015.

⁹ Seda artificial.

¹⁰ Nome dado à cidade em que habita uma grande quantidade de moradores que trabalham ou estudam em uma cidade vizinha próxima. Esse tipo de cidade se encontra geralmente no interior de regiões metropolitanas, ligadas por processos de conurbação que fazem com que as rodovias sejam utilizadas para transporte diário entre a casa e o trabalho (movimentos pendulares). ENCIDI/UNICAMP.

IMAGEM 3 – INDÚSTRIAS REUNIDAS FÁBRICAS MATARAZZO



Fonte: Fundação Pró-memória de São Caetano do Sul, 3^a edição, 2015.

Como dito anteriormente Santo André apresentou um rápido crescimento de estabelecimentos comerciais e de serviços. Segundo Klink (2001), esse crescimento era bastante relevante quando comparado com o restante do subúrbio da capital paulista, na época, pôde-se observar o início do surgimento de um mercado local. Elemento esse que foi essencial para a mudança da sede do município de São Bernardo para Santo André em 1938.

Durante a década de 1940, a industrialização restrita de São Paulo começa a evidenciar, cada vez mais, os gargalos do mercado brasileiro. Em nossa cadeia produtiva ficava claro a incompletude de uma estrutura mais complexa de produção para dar abrigo às indústrias de bens duráveis. Como exemplo desse gargalo, podemos citar a *General Motors*, que mesmo estabelecida, desde a década de 1920, no que seria posteriormente o município de São Caetano do Sul, a indústria apenas montava carros, não os fabricando totalmente, em razão de deficiência na infraestrutura brasileira.

Jeroen Klink (2001) aponta que a partir da década de 1950, sobretudo, após o estabelecimento do Plano de Metas, em 1956, pelo governo federal, os setores da indústria de bens duráveis, como as automobilísticas, ou as de eletrodomésticos, receberam incentivos estatais decisivos para garantir o impulso necessário que resultaria no grande crescimento que esse setor teve no ABC paulista nas décadas seguintes. As fábricas que

assessoravam a produção das automobilísticas, como as de metalurgia, as que se encaixavam na categoria de metal-mecânico, e as de máquinas e equipamentos, foram igualmente favorecidas por essas medidas de incentivo. “O Estado prepara o terreno” (DAMINIANI, 2004, p. 43), para atuação do capital privado, nesse caso específico, para a atuação mais efetiva dessas empresas.

A chegada das multinacionais automobilísticas no ABC paulista, entre diversos outros fatores, resultou numa gradual atração da classe média em razão das oportunidades de emprego, aumentando a necessidade por transporte. Podemos afirmar que igualmente, significou o paulatino abandono do modelo ferroviário. Na década de 1950, o automóvel tem a sua hegemonia iniciada em território nacional. Nas décadas seguintes, a matriz de transporte brasileira se tornaria esmagadoramente rodoviária.

A abertura da rodovia Via Anchieta, em 1947, entre São Paulo e o Riacho Grande, atravessando São Bernardo do Campo (sem dúvida a cidade mais afetada por essa construção), e a Via Imigrantes, implantada em 1970, para ligar a capital paulista ao porto de Santos, mais uma vez atravessando o município de São Bernardo do Campo:

desencadeou [...] um verdadeiro agrupamento espacial de investimentos no ramo automobilístico ao longo da Via Anchieta, como as montadoras Volkswagen, Mercedes, Karmann-Ghia e Simca [...] uma série de indústrias do ramo farmacêutico também se instalou ao longo da Via Anchieta (KLINK, 2001, p. 98).

Durante a década de 1940, a população de São Bernardo aumentou bruscamente, de 11.685, no início da década, para 24.889. Em 1960, após o estabelecimento da Via Anchieta, a população do município era composta por 79.930 habitantes¹¹.

Os investimentos do “Plano de Metas” privilegiaram os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sobretudo, entre 1957 e 1970 esse direcionamento foi mais visível. Porém, o modelo de industrialização adotado pelo plano tornou o mercado brasileiro, gradativamente mais dependente da tecnologia e do capital estrangeiro.

Em 1972, no distrito de Capuava, pertencente a Santo André, localizado próximo do limite com o município de Mauá, foi criado o primeiro polo petroquímico da região. A obra

¹¹ Conforme os dados apresentados por KLINK, 2001, p. 98.

contou com ampla participação da Petrobrás, e, em menor escala, também contou com apoio do capital estrangeiro.

Klink (2001) deixou claro que a instalação das indústrias no ABC paulista se intensificou no momento em que os investimentos no setor rodoviário, (assim como, nos setores de bens de consumo e de capitais) também cresceram. O mesmo autor ainda elenca os fatores que foram responsáveis pela chegada e concentração das indústrias nessa área. Primeiramente, destaca-se a disponibilidade de terrenos grandes e planos e a posição geográfica estratégica (aproximadamente o meio do caminho) entre o porto de Santos e a capital, locais essenciais para o funcionamento da economia brasileira. Em segundo lugar, estabelecimentos que buscavam locais periféricos para realizar suas atividades, devido à geração de resíduos sólidos, gases ou mau cheiro, encontraram no ABC o local propício para abrigar suas atividades, como é o exemplo da petroquímica, da Pirelli ou da *Rhodia*, (*Ver imagem 4*) todas em Santo André. Por último, os fornecedores de insumos para a atividade de produção da indústria automobilística, como as indústrias do setor metal-mecânico ou as produtoras de plástico, também buscaram se instalar próximas às indústrias produtoras de automóveis.

IMAGEM 4 – RHODIA EM SANTO ANDRÉ



Fonte: site oficial do Rhodia Solvay Group.¹²

¹² Disponível em: <<http://www.rhodia.com.br/pt/localidades/santo-Andre/unidade-textil-e-acetow/historico-santo-andre-textil.html>> / Carece de data.

Em resumo, a industrialização do ABC paulista, ocorreu, de maneira mais incisiva, a partir da década de 1950. O processo de industrialização iniciado na capital paulista se ramificou, espalhou-se pelo ABC. O setor da indústria, na região, permaneceu seguindo essa tendência de crescimento e expansão de maneira, praticamente, ininterrupta, até a década de 1980. Nesse momento histórico, o processo de reprodução do capital sofreu grandes alterações que serão tratadas mais detalhadamente no capítulo a seguir. Essas mudanças foram responsáveis por, novamente, alterar de maneira drástica o perfil da área de estudo.

CAPÍTULO 02 – A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA DÉCADA DE 1980

É de extrema importância compreender o período de transformações pelo qual o processo de reprodução do capital passou durante a segunda metade do séc. XX. Esse *background* é essencial para entendermos as consequências e efeitos que atingiram não só o ABC paulista ou a Região Metropolitana de São Paulo, mas todo o Brasil. Neste capítulo, trataremos dos aspectos ligados ao cenário internacional e as transformações ocorridas no âmbito nacional, que estão relacionados ao processo de alteração do paradigma que regia a produção capitalista e que causaram o fenômeno da desconcentração industrial.

2.1 – O contexto internacional e nacional

Primeiramente, faz-se necessário apresentar algumas breves considerações sobre o “modo de regulamentação fordista”, como foi chamado por Lipietz (1988, 1997), que regia o capitalismo de maneira hegemônica durante o início do século XX até a proximidade da década de 1980.

O geógrafo David Harvey aponta que o fordismo, teria sido oficialmente inaugurado em 1914, quando Henry Ford inaugurou suas linhas de montagem de automóveis em Michigan, nos Estados Unidos. Harvey (1994) lembrou que uma das bases do fordismo, concretizava-se, na afirmação de Henry Ford, a qual defendia que uma produção de massa significava consumo de massa. Com o passar das décadas, em um processo que apresentou o desenrolar bastante complexo, o fordismo aliado à política de expansão das ações capitalistas para o terceiro mundo promoveu uma verdadeira internacionalização do capital, visto, sobretudo, com a chegada de multinacionais aos países subdesenvolvidos.

Dessa forma, o processo de produção hegemônico do capital chegou aos países de terceiro mundo como é o caso do Brasil. Harvey (1994) também afirmou que com todas as controvérsias e descontentamentos, o fordismo permaneceu como modo de regulação hegemônico até 1973 quando começou a apresentar sinais mais claros de seu declínio.

Na década de 1970, gradativamente ficava mais evidente que o fordismo não conseguiria conter, durante muito mais tempo, as contradições inerentes ao capitalismo. O sistema de produção fordista era baseado em uma grande rigidez do capital fixo de longo prazo, baseado em um sistema de produção em massa que não permitia grandes inovações.

Exemplificando, muito capital era investido na compra de máquinas para acelerar a produção, tais máquinas, portanto, teriam de ser utilizadas durante anos, a troca das máquinas por outras mais modernas ou que poderiam fabricar novos produtos apresentava-se como uma grande dor de cabeça, muito mais capital deveria ser aplicado e as taxas de lucro poderiam ser reduzidas.

Outro problema morava na base do fordismo, a contradição estava na necessidade de aumentar a produção, uma produção mais intensa gerava um número cada vez maior de produtos, os estoques para armazenar as mercadorias eram enormes, a mão-de-obra requerida para gerenciar e operar as linhas de produção e os centros de armazenagem era muito grande, por fim, uma produção maior necessitava igualmente de um consumo maior, elemento que nem sempre estava presente. As indústrias sofriam perdas por qualquer variação externa na economia. Uma montadora de carros de médio porte poderia chegar perto da falência em momentos em que o petróleo, e, consequentemente, o diesel e a gasolina oscilavam de preço.

Não é de se estranhar que a crise do petróleo gerada pelo aumento excessivo do preço desse produto pela OPEP, após a guerra do Yom Kippur, em 1973, acelerou o processo de desestabilização do fordismo. A dificuldade de obtenção desse recurso energético impeliu as nações ocidentais capitalistas, juntamente com a importante participação do Japão, a investir em fontes alternativas de energia baseadas em inovações tecnológicas. Dessa forma, nos anos seguintes, fábricas inteiras viram suas plantas subutilizadas e suas máquinas ociosas.

Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho [...] A mudança tecnológica, a automação, [...] a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, [...] para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano (HARVEY, 1994, p. 137 e 140).

As inovações tecnológicas, ligadas ao surgimento avassalador da informática, microcomputação, biotecnologia, colocaram em questão o modelo de produção hegemônico, indo contra a rigidez do fordismo, tão resistente ao investimento de capitais nas áreas de inovação e “é a inovação [...] que permite sair de um período e entrar em outro” (SANTOS, 2014, p. 74), nesse caso, do paradigma fordista para uma nova fase de reprodução do capital.

Para Harvey (1994), essa nova fase pode ser chamada de *acumulação flexível*, pois ela se apoia na flexibilidade dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo existentes.

A *acumulação flexível* foi acompanhada da emergência da política neoliberal, característica marcante desse período. Em sua obra “*O Novo Imperialismo*”, David Harvey adverte que o neoliberalismo como doutrina político-econômica, tem suas origens no fim dos anos da década de 1930, e se configurava como uma vertente que tinha como principal característica ser radicalmente contra as ideias socialistas e comunistas. Essa vertente também se posicionava contra a intervenção do Estado na esfera econômica, e não somente econômica; para os neoliberais, as funções do Estado deveriam ser drasticamente limitadas. Porém somente após a crise geral de sobreacumulação ocorrida durante a década de 1970 (que colocou de vez em crise o modelo de produção Fordista) que a corrente neoliberal ganhou realmente força.

E foi Margaret Thatcher (primeira ministra inglesa) quem, [...] descobriu politicamente o movimento e voltou-se para seu corpo de pensadores [...] depois de eleita em 1979. Em união com Reagan (presidente dos Estados Unidos), ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições [...] da acumulação do capital [...] em poucos anos a doutrina neoliberal [...] passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. [...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setor como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços (HARVEY, 2004, p. 130 e 140).

Em outra oportunidade, o mesmo autor esclareceu que “as reformas neoliberais de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha contribuíram para que o 1% das pessoas com mais alta renda duplicasse sua parcela da renda nacional em 2000” (HARVEY, 2013, p. 15). As perdas sociais foram justificadas pelos que defendiam essa corrente de pensamento, por meio de explicações tecnicistas as quais afirmavam que as mudanças nos campos sociais resultaram em uma relativa melhora na macroeconomia. Ainda defendiam que a produção se dinamizou e as antigas plantas fabris ganharam novos usos. Contudo vale citar o que oportunamente observou Noam Chomsky (2007), quanto afirmou que: “é [...] difícil levar a

sério argumentos sobre a eficiência numa sociedade que dedica enormes recursos ao supérfluo e a destruição”.

Se a política neoliberal causou efeitos de ampliação da desigualdade e perda de qualidade de vida em países como Inglaterra e Estados Unidos, no terceiro mundo, ela mostrou uma face ainda mais drástica. Não convém tratarmos o entendimento da realidade brasileira sem considerarmos primeiramente os fatores citados anteriormente. Seria impossível compreender as mudanças pelas quais o Brasil passou, durante a década de 1980, sem compreender o cenário que acabamos de apresentar. Santos (2012) aborda a importância de considerarmos a dimensão nacional e também a internacional dos fenômenos que afetam a realidade da cidade, dos centros metropolitanos.

No mundo subdesenvolvido, o pensamento neoliberal ganhou forma durante a década de 1980, mas desenvolveu-se com mais clareza, sobretudo, durante a década de 1990, em países como a Argentina, encabeçado pelo ex-presidente Carlos Menem e no Brasil com as figuras de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Nesse período, privatizações em massa ocorreram e foram aprovadas leis que ampliaram a flexibilidade do mercado brasileiro em relação à participação do capital estrangeiro. Essas medidas causaram a queda do valor real dos salários e desemprego em massa. Áreas industriais inteiras foram abandonadas, durante o momento em que tais empresas passaram a buscar novos territórios para manter suas taxas de lucro. As antigas áreas industriais que foram abandonadas tornaram-se gradativamente mais degradadas e desvalorizadas. Esse processo atingiu certeiramente a região do ABC paulista. A indústria, uma das bases mais sólidas para a formação e caracterização dos municípios que formam a região, estava fechando suas portas e dirigindo para outras áreas que lhe oferecessem mais vantagens.

2.2 – O “abandono” dos espaços industriais e ação especulativa

Para entender o avanço dos *shoppings* no ABC paulista é necessário antes compreender como se dá o processo de desconcentração industrial dentro do estado de São Paulo, focando os esforços nessa região.

O cenário descrito anteriormente, (a passagem do modo de acumulação fordista para a *acumulação flexível* e a aplicação das políticas neoliberais em nosso país) cria as condições para a dispersão das indústrias, para áreas ainda não ocupadas por elas. Essa dispersão é direcionada para “zonas de controle do trabalho mais fácil” (HARVEY, 1994, p. 137), portanto, com legislações ambientais e trabalhistas mais flexíveis. A grande mobilização das classes trabalhadoras que organizaram os movimentos sindicais, que ocorreram durante a década de 1980 no ABC, também, foram responsáveis, por acelerar a retiradas das indústrias, partiram em busca de áreas com menor organização sindical. Essas empresas saíram em busca também de municípios que lhes oferecem vantagens, como isenção fiscal ou a facilidade para obtenção de recursos naturais necessários para sua atuação.

As indústrias que estavam localizadas prioritariamente nos municípios da Grande São Paulo (muitos desses municípios, inclusive, surgiram e se desenvolveram, em razão dessas atividades industriais) passaram a buscar novas regiões para se estabelecer. Tais municípios abrigavam na maior parte dos estabelecimentos industriais ligados à produção de bens de consumo duráveis, é o caso das famosas montadoras de automóveis como a *Volkswagen*, *Scania*, *Mercedes Benz*, localizadas em São Bernardo do Campo e a estadunidense *General Motors*, no município de São Caetano do Sul. Contudo, nos municípios citados anteriormente juntamente com as outras cinco cidades que formam o ABC paulista, desenvolveu-se um grande conglomerado de indústrias ligadas ao setor metal mecânico, como metalúrgicas e empresas de eletrônicos que tinham como função desenvolver os acessórios necessários para essa produção automotiva. Formou-se nesses municípios o que o IPEA definiria como um APL (Arranjo Produtivo Local) do setor metal-mecânico. Esse APL era, e ainda é responsável pela produção dos materiais que servem de base para a produção industrial, como dispositivos para máquinas, automação de máquinas e ferramentaria de precisão. O APL é formado por médias, pequenas e microempresas. A gestão do APL está a cargo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, com apoio e assessoria técnica do SEBRAE-SP. E como já foi dito, no capítulo anterior, não existiam apenas montadoras de automóveis, existiam outras indústrias de bens duráveis como a *Brastemp*, no município de São Bernardo do Campo e a *Black & Decker*, localizada no município de Santo André.

O processo de desconcentração industrial começa a mudar esse cenário fazendo com que parte dessas indústrias se desloque para o interior de São Paulo, como é o caso *Brastemp* que deixa o ABC paulista rumo ao interior paulista. Outra porção se desloca para fora do estado, em alguns casos deixando até mesmo a região Sudeste.

O deslocamento da indústria redefine a produção agora apoiada no crescimento dos serviços [...] capital que migra de um setor para outro da economia em função das necessidades da reprodução, redefinindo a produção do espaço metropolitano. (CARLOS, 2004, p. 30).

É importante relembrar que hoje a região Sudeste continua abrigando grande parte das indústrias brasileiras, reforçando mais uma vez a ideia da ocorrência de desconcentração industrial e não de uma desindustrialização.

A descontração não foi igual, e nem ocorreu com a mesma intensidade em todos os municípios do ABC, o mesmo vale para os outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Um elemento de destaque relacionado ao processo de saída das indústrias foi o efeito sobre o crescimento populacional na Grande São Paulo, da década de 1980. As populações de Santana de Parnaíba, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Arujá e Itapevi cresciam rapidamente¹³. Por outro lado, Santo André apresentava um crescimento anual de 1% e São Caetano do Sul de 0,8%, inferiores a média de região metropolitana, que naquela oportunidade era de 1,9% a.a. Essa dinâmica caracterizada pela diminuição do crescimento populacional, no ABC, poderia ser explicada pelas mudanças ocorridas nas condições de vida, como o maior acesso aos hospitais e medicamentos/métodos contraceptivos, ou pela transformação do comportamento da sociedade urbana que vinha ocorrendo nesse período, como a ocorrência de casamentos mais tardios ou a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, porém, não há como negar que as transformações que resultaram da redistribuição das atividades econômicas pelo território brasileiro fizessem a Região Metropolitana, e, sobretudo, a do ABC paulista, tão dependente da indústria, perder parte do poder de atração que deteve, principalmente a partir da década de 1950.

¹³ Numa razão de 12,8% a.a., 10,3% a.a., 7,7% a.a., 7,2% a.a. e 6,6% a.a., respectivamente. De acordo com o relatório de informes urbanos da prefeitura de São Paulo, de novembro de 2011. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/pdf/1.pdf

Em 1950, 5,1% da população brasileira residia na Região Metropolitana, e 83,8% da população metropolitana residia no Município de São Paulo. Em 1980, a participação da Região Metropolitana na população brasileira alcançou o ápice de 10,6%, mantendo-se em torno deste patamar desde então. [...] Nos anos 1980, em plena crise do emprego e reordenamento econômico, os fluxos migratórios redistribuíram-se para cidades médias do interior do estado e do Brasil, enquanto os problemas na qualidade de vida decorrentes do crescimento desordenado da metrópole podem ter motivado alguns segmentos da própria população paulistana a fixarem residência em outras localidades (cf. JANNUZZI, 2004). (RIPMSP¹⁴, 01/11/2011).

Harvey (2004), afirmou que esse processo de desvalorização, tão evidente pelo mundo na durante a década de 1980 e que transformou áreas industriais inteiras em terrenos abandonados, juntamente com a desvalorização da força de trabalho, foram os pontos determinantes para que essas áreas fossem reincorporadas ao circuito de produção do capital, por meio de suas vendas a preços baixíssimos. Assim realizando uma sobreacumulação.

O processo que deu origem à desvalorização do terreno é o mesmo que posteriormente é responsável por supervalorizá-lo por meio de um novo uso, que será planejado pela iniciativa privada com apoio e participação do estado. Pode-se afirmar que “a dispersão geográfica de indústrias, que contribuiu para o declínio dos antigos centros industriais, criou uma demanda para a expansão do gerenciamento e do planejamento centralizados e os necessários serviços especializados” (SASSEN, 1993, p. 200). Tal planejamento juntamente com a atuação de grupos privados promoveu a revalorização das áreas industriais.

2.3 – A valorização do espaço e a integração à metrópole

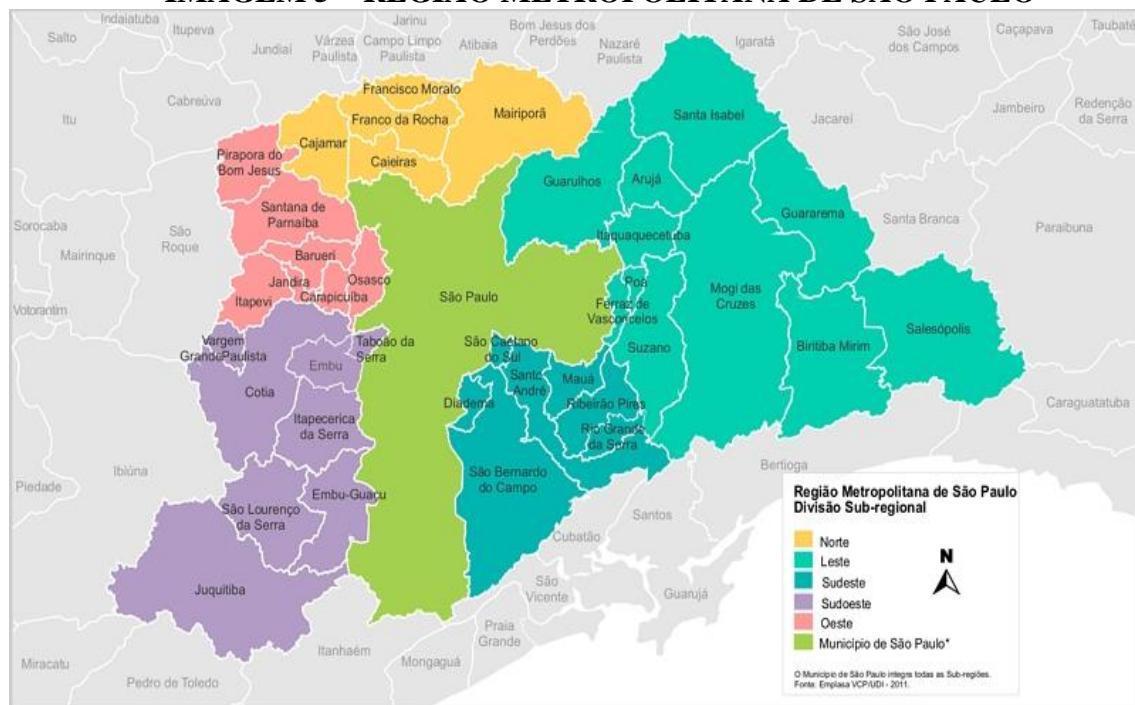
O ABC paulista está situado dentro de um conjunto maior, conhecido como Região Metropolitana de São Paulo. Essa região foi instituída após estudos realizados pelo IBGE durante a década de 1970. Em 8 de junho de 1973, foi sancionada pela presidência da república a Lei complementar nº 14, que estabeleceu oficialmente a criação dessa região

¹⁴ Relatório de informes da Prefeitura Municipal de São Paulo.

metropolitana, juntamente como as de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza¹⁵.

Em 2011, a Região Metropolitana de São Paulo passou por uma reorganização e atualmente é composta por 39 municípios. Os sete municípios do ABC paulista formam a sub-região sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. (*Ver imagem 5*).

IMAGEM 5 – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



Fonte: EMPLASA, 2011.

A RMSP¹⁶ é o maior polo de riqueza nacional, detendo quase 20% do PIB nacional e mais de 50% do PIB do estado de São Paulo. Além dos complexos industriais, a RMSP engloba grandes centros comerciais e financeiros que controlam, em grande parte a economia brasileira. Ainda de acordo com os dados do IBGE, em 2015, a população que habita essa região era de 22 milhões de habitantes, sendo que 2,7 milhões viviam no ABC paulista¹⁷.

São Paulo é a mais importante metrópole brasileira, sendo considerada também uma cidade global. Santos (2012) chegou a afirmar que São Paulo se faz presente em todo o

¹⁵ Conforme registrado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm>

¹⁶ Região Metropolitana de São Paulo.

¹⁷ Dados divulgados pela EMPLASA, de acordo com as informações obtidas pelo IBGE, em 2015.

território brasileiro, graças aos fluxos de informações que são gerados ou que passam pela capital paulista.

Como apresentado na *imagem 5*, os municípios da RMSP, estão divididos em sub-regiões e São Paulo é centro de integração entre todas elas. As sub-regiões são: Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste, Oeste. E, como já foi apresentado, os municípios, que compõem o ABC paulista, formam a sub-região Sudeste.

A conurbação, junção das áreas urbanas de pelos menos dois municípios, é elemento marcante da realidade encontrada na RMSP. Sendo assim, no ABC paulista, não é diferente, como afirma o CIMGABC¹⁸, em seu último relatório, publicado em 2016, em diversos pontos, é difícil definir quais são os limites entre os municípios, principalmente, nas proximidades de grandes ruas ou avenidas.

O anel rodoviário, conhecido como Rodoanel Mário Covas, construído na periferia da RMSP, atravessa alguns municípios do ABC paulista, fator que foi responsável por intensificar ainda mais a integração dessa área com a capital paulista (*Ver, novamente, a imagem 1*). Ele foi projetado para que os caminhões vindos do interior de São Paulo, ou do litoral santista, não necessitassem, obrigatoriamente, atravessar as vias que cruzam a capital paulista, evitando, dessa forma, maiores problemas do tráfego já tão intenso. As suas obras foram iniciadas no princípio da década de 1990, e, atualmente, os trechos Sul e Leste, já em funcionamento cortam os municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. O empreendimento diminuiu circunstancialmente o tempo de ligação entre o ABC e as Rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Ayrton Senna e Dutra. Nas palavras de Raquel Rolnik, "muitas áreas da região metropolitana que estavam vazias (após a instalação do Rodoanel) passaram a acolher condomínios residenciais, industriais e pontos de centrais de logística"¹⁹.

A abertura de suas rodovias criaram novas centralidades, moradores foram atraídos para os terrenos próximos às novas vias de circulação, inclusive, diversos empreendimentos habitacionais vendem-se com a propaganda de que estão localizadas no ABC, mas que por meio do Rodoanel, o futuro comprador poderá acessar as rodovias, citadas anteriormente,

¹⁸ Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

¹⁹ Entrevista concedida pela urbanista à Radio Band News, em 09/04/2010. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/04/09/sera-que-o-alivio-no-transito-depois-da-inauguracao-do-trecho-sul-do-rodoanel-e-duradouro/>

em poucos minutos. Porém, vale ressaltar que, como destacou a geógrafa Isabel A. P. Alvarez (2008), as obras do Rodoanel foram responsáveis por alavancar o PIB, atrair investimentos, mas também, isolou bairros e causou um grande número de desapropriações.

O ABC paulista também está situado em uma posição de considerável destaque quanto às rotas de circulação e por possuir parte da infraestrutura necessária para permitir a circulação de helicópteros, tanto pela própria área, quanto pela capital paulista.

São Paulo é a cidade dos helicópteros [...] Para o estacionamento dos helicópteros, São Paulo está dotado de hangares. Há hangares específicos [...] (em) aeroportos, mas há, também, hangares privados na região metropolitana, em municípios próximos e conurbados à cidade de São Paulo. Esses hangares são providos de infraestrutura para atender aos helicópteros, seus usuários e pilotos. Possuem oficina de manutenção, área de abastecimento, de manobras e, claro, heliponto, ou seja, local de embarque e desembarque. Ainda, estacionamento de automóveis, estação meteorológica, restaurante, sala de reunião, suítes para descanso... tudo definido para ratificar o uso corporativo do helicóptero. Em São Paulo e adjacências temos o [...] Hangar ABC, em São Caetano. (LENCONI, 2014, p. 10 e 11)

O Hangar ABC está localizado em São Caetano do Sul, a nove quilômetros do centro da cidade de São Paulo, sete quilômetros do aeroporto de Congonhas e a treze quilômetros do Campo de Marte. O Hangar funciona 24 horas por dia, em todos os dias da semana²⁰ e está localizado a três quarteirões da área onde foi construído o Park Shopping São Caetano.

Além disso, no ano de 2013, o governo estadual ratificou os planos do projeto que pretende levar o metro ao ABC paulista. A chamada Linha 18 Bronze do monotrilho cortaria as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; integrando-se a Linha 3 Verde do metro e a Linha 10 Turquesa da CPTM (*Ver imagem 7*). No ano de 2013, o Metrô divulgou suas projeções para o ano de 2016, onde estabelece que, o primeiro grupos de estações já estariam em funcionamento (*Ver imagem 8*). Fato é que, até do fim do levantamento dos dados desse estudo, em dezembro de 2016, as obras na Linha Bronze não haviam sido iniciadas. O governo do estado de São Paulo afirmou que não possui os recursos orçamentários necessários para executar as desapropriações decorrentes do projeto. Em julho de 2016, o secretário estadual de Transportes

²⁰ Informações obtidas junto ao site oficial do Hangar ABC.

Metropolitanos, Clodoaldo Pelissioni afirmou que a nova expectativa é que as obras fossem iniciadas em 2017, e as primeiras estações comesssem a ser entregues em 2021²¹. Mesmo assim, diversos empreendimentos residenciais usam em seus anúncios publicitários os dizeres: “Próximo à futura estação da Linha Bronze”. (Ver imagem 9)



Fonte: Jornal Duas Cidades em 10/04/2015.

²¹ Reportagem vinculada pelo Diário do Grande ABC, em 31 de Julho de 2016.

IMAGEM 8 – PROJEÇÃO DO METRO PARA 2016



Fonte: Metrô, 2013.

IMAGEM 9 – CONDOMÍNIO ESPAÇO CERÂMICA EM SCS



Fonte: Gafisa, 2016.

A valorização do ABC paulista após a retirada de boa parte das indústrias ocorreu por meio da realização de grandes obras, como é o caso do Rodoanel, ou da proposta de realização, suficiente para gerar especulação nas áreas que aguardavam tais mudanças, como é o caso do Metrô. Além disso, grandes investimentos de setores privados para a revitalização das antigas áreas industriais promoveram a disseminação de condomínios residenciais e empresariais, bem como, a chegada e ampliação dos *shopping centers*, como será apresentado no item a seguir.

2.4 – A refuncionalização do espaço industrial e a chegada dos *shopping centers*

A relativa revitalização pela qual as antigas áreas industriais do ABC paulista passaram e estão passando, na verdade, mostra-se como uma espécie de “revalorização programada”, resultado de uma grande especulação imobiliária nos arredores dessas áreas. Muitos moradores são atraídos para os novos empreendimentos que vem surgindo, já tantos outros são forçados a se deslocar também como resultado desse processo. Aqueles que pagam aluguel veem as mensalidades aumentarem consideravelmente, como reflexo dessa valorização, e muitas vezes na impossibilidade de arcar com esse aumento acabam sendo forçados a mudar para outras áreas.

A crise urbana aponta, assim, para a necessidade de reabilitar os espaços, pois se trata de uma crise de desvalorização de áreas inteiras que precisam ser devolvidas ao mercado e, com isso a necessidade de inventar novas formas urbanas no sentido de reconstituir áreas degradadas sem pobres. (CARLOS, 2009, p. 297).

As áreas “abandonadas” e que abrigavam grandes estruturas, situadas em grandes terrenos tornam-se desvalorizadas, e nesse momento é que grandes empreendedoras podem comprar esses espaços por baixo valores. A compra dessas estruturas, ou simplesmente dos terrenos se propõe a modificar não somente o próprio terreno, mas também as áreas ao redor, dando-lhes uma nova função econômica. Ainda de acordo com Carlos (2004), a dispersão das indústrias realiza-se com a substituição delas pelas atividades do setor de serviços e comércio; o melhor cenário, para a chegada dos *shoppings*.

Um fenômeno amplamente verificado foi a reutilização dos terrenos e, em alguns casos, até mesmo da estrutura das antigas plantas fabris para abrigar a construção de *shoppings* na área de estudo, atribuindo, dessa forma, “valores novos aos objetos preexistentes” (SANTOS, 2014, p. 124).

O Grand Plaza Shopping²², localizado na avenida com o sugestivo nome de Industrial, por exemplo, aproveitou como afirmado acima, a estrutura do antigo prédio da fábrica da *Black & Decker* (que anteriormente já havia sido uma unidade de produção da *General Electric*), e mesmo após diversas reformas, ainda hoje, é possível identificar estruturas que nos remetem a indústria do modelo fordista, como o grande pátio que hoje é utilizado como estacionamento.

O São Bernardo Plaza Shopping, localizado no bairro de Ferrazópolis, próximo à rodovia Anchieta, o qual foi construído no terreno anteriormente ocupado pela *Brastemp*.

Já o terreno onde hoje se localiza o Mauá Plaza Shopping²³, foi ocupado, no passado, pela *Atlantis*, empresa química que produzia tintas; pela *Bragussa*, fábrica de ouro líquido, além da *Curtume Mauá*, a qual fazia o processo do curtimento da pele animal com materiais químicos para transformá-lo em couro.

Nesses três exemplos, as plantas fabris estavam localizadas próximas a importantes vias de circulação do ABC paulista, como a linha 10 Turquesa da CPTM e a rodovia Anchieta. A lógica de distribuição das indústrias seguia alguns preceitos que orientavam sua localização, como a proximidade com essas importantes vias de circulação. Estas, atualmente, são intensamente utilizadas pelo público para acessar esses centros comerciais. A facilidade de acesso cria uma grande movimentação nesses três estabelecimentos, que são considerados pelos moradores como *shoppings* de grande estrutura. A relativa facilidade de acesso a esses três *shoppings* permite que o fluxo de pessoas seja mais intenso, o que possibilita a existência de preços mais baixos²⁴.

A chegada desses três *shoppings* foi encarada, pela maior parte dos moradores, que foram questionados, como algo positivo. Existia uma visão de que os locais que abrigavam

²² Localizado em Santo André, próximo à linha de trem 10 Turquesa da CPTM.

²³ Também próximo à linha 10 Turquesa da CPTM.

²⁴ Durante o estudo foi realizada uma breve pesquisa de preços em três franquias de lojas de roupa. Em média uma mesma camiseta chegava a ser de 10 a 30 reais mais cara nas lojas do Park Shopping São Caetano e no Golden Square, em comparação com as lojas dos três SC citados anteriormente. Pesquisa direta realizada pelo autor.

fábricas abandonadas eram locais perigosos e que a chegada dos shoppings atraiu novas atividades comerciais e movimento para as áreas ao redor.

O Shopping ABC, localizado em Santo André, ocupa atualmente o terreno que anteriormente dava abrigo às atividades de uma importante indústria gráfica. O Shopping Atrium, também no mesmo município, está localizado no terreno anteriormente pertencente à Pirelli. Finalmente, o Park Shopping São Caetano, ocupa o terreno da antiga Cerâmica São Caetano.

Após essa abordagem a respeito dos processos que culminaram na saída das indústrias do ABC paulista e da chegada dos *shoppings*, abre-se espaço, no próximo capítulo desse trabalho, para entender melhor quais tem sido os efeitos dessa mudança no padrão de ocupação, quais as justificativas para explicar a expansão pela qual esse setor vem passando e finalmente quais os efeitos desses elementos na vida dos moradores locais.

CAPÍTULO 03 – BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DOS *SHOPPING CENTERS* NA LÓGICA DE OCUPAÇÃO DO ABC PAULISTA

Nesse capítulo, inicialmente, serão feitos esclarecimentos a respeitos do emprego do termo *shopping center*, posteriormente será apresentado um panorama da expansão recente pela qual esse setor passou e vem passando em nosso país para finalmente, apresentar uma pequena caracterização da área de estudo, conhecida como ABC paulista. Tal apresentação será essencial para o entendimento do processo de expansão dos *shopping centers* na área específica de estudo.

Antes de visualizar os resultados, algumas observações se fazem necessárias. Primeiramente veremos uma das mais importantes definições de *Shopping Center*.

Para a geógrafa Silvana Maria Pintaudi (1989), o conceito de *shopping* é composto por quatro elementos fundamentais que garantem sua existência, são eles: capital privado, aluguel das lojas, conjunto de lojas formado por necessariamente uma loja-âncora²⁵ e a presença de um local utilizado como estacionamento. Esses elementos estão presentes, individualmente, no nosso cotidiano, porém, a reunião destes é o que faz surgir o *shopping*. Ainda de acordo com a mesma autora, o *shopping* pode ser compreendido como um empreendimento imobiliário privado, que possui um, ou mais edifícios agrupados, tais edifícios comportam lojas alugadas, destinadas ao comércio varejista ou de serviços. Dentro desse centro comercial, existe espaço suficiente para que não apenas existam lojas que ofereçam mercadorias variadas mas também diversas lojas que vendem os mesmos produtos. Isso acontece em razão de que o *shopping* tem como parte de seu planejamento prévio, e como um dos seus atrativos, a compra por comparação de preços.

Após esse esclarecimento segue um breve histórico de como vem de desenvolvendo o avanço recente dos *shoppings* no Brasil.

Entre dos anos de 2006 e 2014, o setor de *shoppings centers* apresentou franco crescimento (*Ver tabela 2*). Segundo a ALSHOP (Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings), em levantamento realizado no fim do ano de 2012, existiam 157 shoppings em

²⁵Grandes lojas conhecidas pelo público, com características estruturais e mercadológicas especiais, que funcionam como força de atração de consumidores, assegurando permanente afluência e trânsito uniforme destes em todas as áreas do *shopping center*. As lojas devem ter mais de 1.000 m² para serem consideradas âncoras/ Glossário – Multiplan, disponível em: <http://www.relatorioweb.com.br/multiplan/10/pt-br/node/45>.

construção em todo o Brasil, a expectativa era de que eles estariam em funcionamento até 2015, esses novos shoppings teriam a capacidade de abrigar aproximadamente 28 mil lojas.

Segundo a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), no ano de 2006, existiam 351 *shopping centers* no Brasil, sendo responsáveis por gerar 524.090 postos de trabalho, e recebendo um número de visitas que ultrapassava 200 milhões ao mês. Eles alcançaram um faturamento de 50 bilhões de reais naquele ano, possuindo uma ABL²⁶ de 7,492 milhões de m².

No ano de 2014, segundo a própria ABRASCE, já existiam 520 *shopping centers* em funcionamento em todo o Brasil. Segundo a instituição, esses mais de 500 estabelecimentos, compreendem “shoppings com lojas locadas, lojas âncoras e vagas de estacionamento, com área igual ou superior a 5.000 m²” (ABRASCE, 2015). Tais empreendimentos comerciais eram responsáveis por abrigar 978.963 postos de trabalho (o número envolve os funcionários que trabalhavam em lojas e em tarefas necessárias para o funcionamento geral dos *shopping centers*, como seguranças e membros da administração) (*ver gráfico 1*). Esses estabelecimentos recebiam um número de visitas que ultrapassava 430 milhões de pessoas ao mês, atingindo um faturamento de 142 bilhões de reais, representando 19% do faturamento de todo comércio varejista do país, mantendo a tendência de crescimento dos lucros (*ver gráfico 2*). Juntos, esses estabelecimentos abrigavam uma ABL total de 13,846 milhões de m².

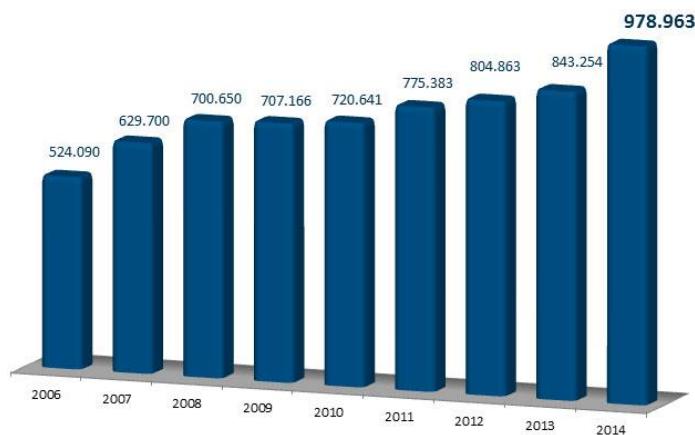
Segundo a ALSHOP, de acordo com os dados do IBGE, no ano de 2013, somente os *shopping centers* eram responsáveis por gerar 85.030 postos de trabalho, um crescimento de 4,68% em relação ao ano anterior (*Ver Tabela 3*). Ainda de acordo com a instituição, nas proximidades do natal desse mesmo ano, cerca de 135.000 colaboradores foram contratados, em regime temporário, por shoppings e lojas, dos quais aproximadamente 20%, ou seja, 27.000 foram contratados por novas lojas, ou shoppings recém-inaugurados.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO SETOR DE SHOPPINGS CENTERS NO BRASIL

ANO	Nº DE SHOPPINGS	ABL (MILHÕES DE m ² .)	LOJAS	FATURAMENTO (EM BILHÕES DE REAIS/ANO)	EMPREGOS	TRÁFEGO DE PESSOAS (MILHÕES VISITAS / MÊS)
2006	351	7,492	56.487	50	524.090	203
2007	363	8,253	62.086	58	629.700	305
2008	376	8,645	65.500	64,6	700.650	325
2009	392	9,081	70.500	74	707.166	328
2010	408	9,512	73.775	91	720.641	329
2011	430	10,344	80.192	108,2	775.383	376
2012	457	11,403	83.631	119,4	804.683	398
2013	495	12,940	86.271	129,2	843.254	415
2014	520	13,846	95.242	142,3	978.963	431

Fonte: ABRASCE, nov. 2015.

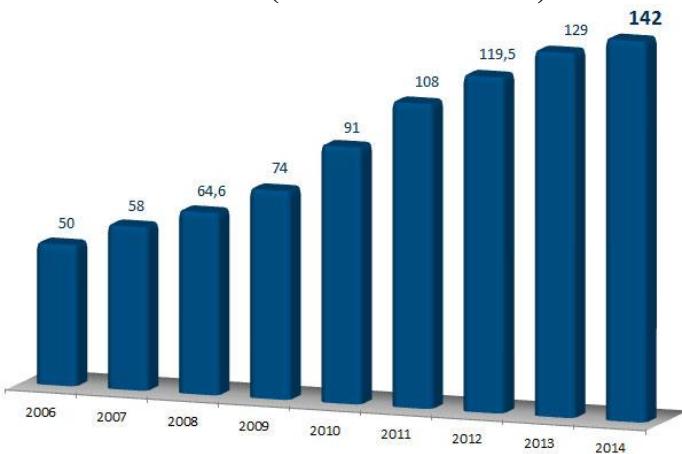
**GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO Nº DE EMPREGOS EM SHOPPING CENTERS NO
BRASIL (em milhares)**



Fonte: ABRASCE, nov. 2015

²⁶ Área Bruta Locável: refere-se à soma de todas as áreas de um shopping disponíveis para aluguel com a exceção dos quiosques/ Glossário – BRMALLS.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO EM SHOPPING CENTERS NO BRASIL (em bilhões de reais)



Fonte: ABRASCE, nov. 2015.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DE EMPREGO NO SETOR (2012-2013)

Empregos Diretos	Número de Funcionários		Variação 2013/2012	
	2012	2013	Nºs. Absolutos	%
Em Lojas	1.133.480	1.209.480	76.000	6,71
Em Shoppings	81.230	85.030	3.800	4,68
Total	1.214.710	1.294.510	79.800	6,57

Fonte: ALSHOP, nov. 2015.

O crescimento do setor até 2014 foi superior ao estimado pelo IBGE. Em estudo realizado no ano de 2012, o instituto estipulou que o número de *shoppings* existentes no Brasil, até 2014, seria de 506; ao fim de 2014, segundo a ABRASCE, já existiam 520 desses estabelecimentos (*tabela 2*).

Não existiam somente investimentos na construção de novos *shoppings*, a própria ALSHOP indicou que ocorriam concomitantemente grandes reformas e expansões dos *shoppings* já existentes (*Ver tabela 4*), fenômeno registrado, especialmente na região sudeste. Estima-se que esses investimentos seriam de aproximadamente oito bilhões de reais nos anos subsequentes. Como ficou evidente, a região que possui maior número de *shopping centers*, também é aquela que mais investe na construção e reforma deles. A região sudeste era responsável por mais de 54% do total de *shoppings* em reforma no ano de 2012.

TABELA 4 – SHOPPINGS EM OBRAS POR REGIÃO (2012)

Regiões do Brasil	Qtde de Shoppings	% Por Região
Norte	15	9,55%
Nordeste	30	19,11%
Centro-Oeste	10	6,37%
Sudeste	85	54,14%
Sul	17	10,83%
Total	157	100%

Fonte: ALSHOP, nov. 2015.

No ano de 2015, o número de *shopping centers* em funcionamento no Brasil saltou para 534 estabelecimentos. Juntos abrigariam uma ABL de 14,637 milhões de m², ocupando uma área construída de 34,123 milhões de m², com 870.281 vagas de estacionamento e 2.630 salas de cinema. Nesse mesmo ano, o setor foi responsável por abrigar 1.034.922 vagas de emprego.

A região Sudeste é disparada aquela que abriga maior número de *shopping centers*, em 2015, possuía um total de 291 estabelecimentos, representando 54.5% do total de estabelecimentos. A segunda região em número de estabelecimentos é a Sul, com um total de 90 *shoppings*, perfazendo 16.9% do total; a região Nordeste possui 78 *shoppings* representando 14.6% do total. As duas regiões que contam com menor número de estabelecimentos são as regiões Centro-Oeste, com 49 *shoppings*, 9.2% do total; e a Norte com 26 estabelecimentos perfazendo 4.9% do total (*Ver tabela 5*).

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO

REGIÃO	Nº DE SHOPPINGS	% DO TOTAL	ABL
Norte	26	4.9%	756.315
Nordeste	78	14.6%	2.515.925
Centro-Oeste	49	9.2%	1.159.867
Sudeste	291	54.5%	8.224.947
Sul	90	16.9%	1.980.286
Total	534	100%	14.637.339

Fonte: ABRASCE, nov. 2015

O estado de São Paulo, em 2015, configurava-se como o estado brasileiro que possuía o maior número de *shoppings* do Brasil. Dos 291 *shoppings* existentes na região sudeste, 173 estavam localizados nos estado paulista. Em seguida, estava o estado do Rio de Janeiro, que possuía 65 *shoppings*. O estado de Minas Gerais era o terceiro com maior número de estabelecimentos, perfazendo o total de 44. O estado de Espírito Santo possuía apenas nove *shoppings*. (Ver tabela 6). Único estado, que configurava entre os quatro com maior número de estabelecimentos, que não pertence à região sudeste é o Rio Grande do Sul, que abrigava 38 *shopping centers*.

TABELA 6 – NÚMERO POR ESTADOS REGIÃO SUDESTE

UNIDADE FEDERATIVA	Nº DE SHOPPINGS EM OPERAÇÃO	Nº ESTIMADO PARA O FINAL DE 2015	ABL TOTAL EM OPERAÇÃO
SP	173	173	5.148.816,93
RJ	65	66	1.719.701,39
MG	44	44	1.067.373,31
ES	9	9	289.055,54

Fonte: ABRASCE, nov. 2015.

Sendo, pois, apresentado o avanço dos *shoppings* em território nacional, pode-se partir para um novo esclarecimento, dessa vez se trata da caracterização da área de estudo, o ABC paulista.

Os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, localizados a sudeste da RMSP, são os que compõem nossa área de estudo. Um conjunto de municípios que possui 828,7 km² (IBGE) e que, detém uma população que ultrapassa 2,7 milhões de habitantes (*Ver tabela 7*)²⁷, o que nos leva a constatar a existência de uma densidade demográfica média que supera 3.300 hab./km², média bastante elevada, mas que representa menos da metade da média registrada na capital paulista (7.914,07 hab./km²) de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, em 2015.

Contudo, a população relativa varia bastante entre os municípios, por exemplo, o município de Diadema apresenta média de 13.499,15 hab./km², a segunda maior registrada entre os municípios brasileiros²⁸. São Caetano do Sul, por sua vez, apresenta a sexta maior média populacional por quilômetro quadrado entre os municípios brasileiros com 10.359,73 hab./km² em 2015.

Por outro lado, os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, possuem densidades pouco acima de mil habitantes por quilômetro quadrado²⁹, evidenciando que, apesar das semelhanças existentes no que se refere à formação e o passado recente tão influenciado pela atividade industrial desses municípios, existem também diferenças quanto ao padrão de ocupação dos sete municípios.

Outro aspecto marcante e relevante para o nosso estudo é o crescimento populacional pelo qual a área de estudo vem passando. Em todos os municípios do ABC paulista, foi verificado, durante o período de estudo, aumento da população absoluta, como fica exemplificado *na tabela 7*. Pode-se reforçar as evidências desse crescimento a partir dos seguintes dados: entre os censos de 1991 e 2000, a população dessa região cresceu 12,8%. Entre 2000 e 2010, o crescimento foi um pouco mais lento, sendo de 7,8%, neste mesmo período a média de crescimento populacional da Região Metropolitana de São

²⁷Os dados relacionados à população do ABC paulista, referentes ao ano de 2015, estão de acordo com as estimativas, divulgadas pelo IBGE em 1º de Julho de 2015.

²⁸ De acordo com as estimativas divulgadas pelo IBGE em 2015.

²⁹ Em 2015, 1.222,61hab./km² em Ribeirão Pires e 1.344,51 hab./km² em Rio Grande da Serra.

Paulo foi de 1% a.a., enquanto na capital paulista foi de 0,8% a.a. Já entre 2010 e 2015, os municípios do ABC, apresentaram crescimento de 6,2%, e finalmente, entre as estimativas de 2015 e 2016, verificou-se o crescimento de aproximadamente 0,6%, de acordo com os dados do IBGE.

TABELA 7 – POPULAÇÃO ABSOLUTA DO ABC PAULISTA

Município	Censo 2010 (mil hab.)	Estimativa 2015 (mil hab.)	Estimativa 2016 (mil hab.)
Santo André	676,4	710,2	712,7
São Bernardo	765,4	816,9	822,2
São Caetano do Sul	149,2	158	158,8
Diadema	386	412,4	415,2
Mauá	417	453,2	457,7
Ribeirão Pires	113	120,3	121,1
Rio Grande da Serra	43,9	48,3	48,9
Total	2.550,9	2.719,5	2.736,7

(Dados IBGE, 2010/2015/2016 – Elaborado pelo autor).

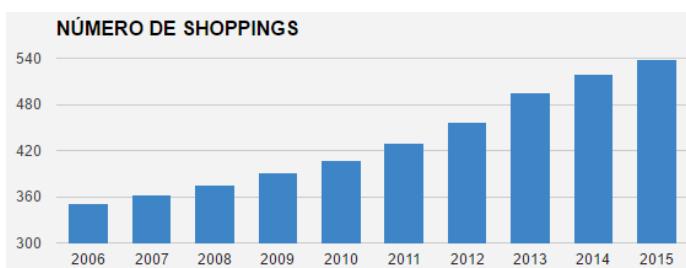
O ABC paulista também possui como característica ser um dos maiores centros de produção e consumo do país. Segundo dados obtidos juntos ao IBGE, se somarmos os dados dos sete municípios do ABC paulista, eles possuiriam o quarto maior PIB dentre as cidades brasileiras, perfazendo um total de R\$ 114,8 bilhões em 2013. Ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O PIB Industrial dos sete municípios é de cerca de R\$ 30 bilhões, sendo o segundo maior do estado de São Paulo, sendo superado somente pela capital paulista, e o terceiro maior de todo o país³⁰. Mesmo com o processo tratado nos capítulos anteriores, chamado de desconcentração industrial, o setor industrial representa fatia considerável no desenvolvimento socioeconômico da região ainda hoje.

³⁰ Sendo superado por São Paulo e Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

3.1 – A expansão dos *shopping centers* no ABC paulista

Após os esclarecimentos anteriores, serão apresentados os resultados deste estudo e os dados relacionados aos atuais *shopping centers* do ABC paulista, bem como as principais mudanças que têm ocorrido desde o ano de 1994. Naquela oportunidade os *shoppings* somavam oito empreendimentos no ABC paulista, atualmente são 14 na área objeto desse estudo. O aumento do número de *shoppings* no ABC obedece à tendência nacional, como apresentado na introdução desse capítulo e no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE SHOPPINGS BRASILEIROS



Fonte: ABRASCE, 2016.

Os *shoppings* da cidade de Santo André são atualmente quatro. Em novembro de 1990, foi inaugurado o Santo André Shopping Center. Durante o decorrer das décadas subsequentes, com o surgimento de novos SC³¹, ou o crescimento de outros já existentes, a população local passou a chamá-lo, de certa maneira, carinhosamente, de “shopinho” devido seu tamanho reduzido em relação aos demais. Atualmente, o nome oficial adotado pelos administradores é Shoppinho Santo André. Em 2011, o Shoppinho passou por uma considerável reforma, porém seu padrão de construção é muito diferente dos que serão apresentados a seguir; ele conta com 71 lojas e 4.481 m²³² de ABL, sendo administrado pela LJD Participações e Grupo VAB. No site oficial do *shopping*, existe a informação de que ele é voltado para o público de baixa renda, suas lojas seriam destinadas às “classes C e D”, (Ver tabela 8).

Em agosto de 1996, o antigo *Shopping Mapping ABC*, reabriu as portas agora com o nome de Shopping ABC. O shopping passou por grandes mudanças após a falência do

³¹ Shopping Centers. Doravante denominaremos SC.

³² Em 1994, eram 3.600 m² de ABL, de acordo com PINTO, 1994.

grupo *Mappin*. Em 2016, o Shopping ABC conta com 49.247,15 m² de ABL e é administrado pela BRMALLS. Muitos moradores, especialmente aqueles que viviam na cidade antes da década de 2000, ainda se referem ao SC utilizando o nome antigo de *Mappin*.

Em setembro de 1997, foi inaugurado o ABC Plaza Shopping, nesse mesmo ano, como destacou Alvarez (2008), a administradora do SC, realizou uma permuta de área com a prefeitura, em que cedeu parte da área de seu estacionamento para o alargamento da Av. Industrial em troca de isenção do IPTU. No ano de 2010, o SC mudou de nome, após inaugurar uma grande reforma para expandir sua ABL, passando a chamar-se Grand Plaza Shopping (nome que permanece até hoje). O número de lojas, após a reforma, saltou de 250 para 344. Atualmente, o SC possui 72.000 m² de ABL³³ e sendo administrado pela CCP (Cyrela Commercial Properties).

Posteriormente a reforma do Grand Plaza Shopping, mais um SC foi inaugurado, em Santo André, o Atrium Shopping, datado de outubro de 2013. Este possui 30.000 m² de ABL, sendo parte do complexo multiuso “Brookfield Century Plaza”, que além de contar com um conjunto de prédios residenciais e comerciais (que ainda não foram completamente entregues) desde 2015, conta com uma unidade do *Poupatempo*.

Muitos moradores do município, quando questionados a respeito dos SC, durante o estudo, afirmaram que o município possui três *shoppings* apenas, aqueles que se lembram do “shopinho”, por diversas vezes, referem-se a ele como uma galeria, ou um “centro comercial”, poucos o consideravam “*um shopping de verdade*”, como dito por um dos entrevistados. Contudo, mesmo possuindo uma área construída muito menor do que a dos outros três SC, ele ainda sim se encaixa nos critérios estabelecidos por Pintaudi (1989) e apresentados anteriormente.

Os *shoppings* de São Bernardo do Campo também somam quatro empreendimentos. O primeiro deles foi inaugurado em 1980, sendo, inclusive, o primeiro SC a entrar em funcionamento na região, com o nome de Center Shop. Em 1997, ele passou pela primeira grande reforma de expansão, nessa oportunidade o nome do SC foi alterado para Shopping Metrópole, nome que ainda é utilizado. Entre 2011 e 2013, o shopping passou por sua

³³ Atualmente (2016), é o shopping com maior ABL do ABC paulista.

última grande reforma de ampliação. Esse centro comercial conta com 30.000 m² de ABL³⁴ (seu número de lojas aumentou após a reforma; de 148, o SC passou a ter 179) e esse empreendimento é administrado pela SONAE SIERRA BRASIL, empresa detentora de nove *shoppings* em território brasileiro.

O município conta também com o Shopping Coração, inaugurado em 1980, porém com dimensões bastante reduzidas em relação aos demais. Esse shopping também é chamado pelos moradores consultados de “shopinho”, ou galeria.

Em 1998, foi fundado o Golden Shopping, que manteve seu funcionamento, mesmo com muita dificuldade até 2007, quando encerrou suas atividades. Somente em outubro de 2013, foi reaberto com o nome de Golden Square Shopping, totalmente reformado³⁵. O novo Golden foi reconstruído no mesmo terreno do anterior, entretanto reutilizar esse espaço e fazer referência ao antigo nome não faz dele o mesmo SC de 1998. Atualmente o *shopping* possui 29.253 m² de ABL e a administradora responsável, ANCAR IVANHOE afirmou, no *site* oficial do SC, que a sua proposta é a de atender às classes A e B da região, (*Ver tabela 8*).

Em novembro de 2012, foi inaugurado o São Bernardo Plaza Shopping, que conta com 42.775,24 m² de ABL e também é administrado pela BRMALLS. Mesmo não possuindo a maior ABL da região, o São Bernardo Plaza Shopping é o que possui a maior ABC dentre os SC da área, sigla, que nesse caso, é utilizada para designar a Área Bruta Construída, ou seja, o espaço total ocupado pela estrutura física do SC.

Vale destacar também que um dos *shoppings* mais famosos da região localizado em São Bernardo do Campo, o Best Shopping, inaugurado em julho de 1986, fechou as portas, definitivamente, em 2001. Desde então não retomou suas atividades, sendo o único exemplo de um SC que existia em 1994 e que atualmente não abriga nenhuma atividade comercial. Na segunda metade de 2015, o prédio do antigo SC abandonado foi demolido. Em 2016, foram iniciadas as discussões, entre a prefeitura, os moradores das áreas próximas ao antigo SC e os proprietários do terreno, para decidir o futuro do espaço em questão. As informações mais consistentes dão conta de que o terreno será ocupado por um conjunto de torres residenciais, contudo, até o momento do encerramento desse estudo nada estava oficialmente definido. As negociações mostram-se relativamente complicadas, pois

³⁴ Em 1994, tal empreendimento possuía 16.000 m² de ABL, ainda de acordo com PINTO, 1994.

o terreno do antigo SC pertence às diversas famílias que possuíam lojas nele, fato que não foi verificado nos outros SC localizados na região.

O município de São Caetano do Sul possui dois shoppings atualmente. Mais uma ressalva faz-se necessária nesse ponto. Em dezembro de 1993, foi fundado o Shopping São Caetano, que carregou tal nome até 2000, quando passou a se chamar Centro Comercial Empresarial São Caetano (CCE-São Caetano). Devido a dificuldades econômicas, o antigo SC passou a ser administrado por outro grupo empresarial. O próprio empreendimento não utiliza mais o nome de shopping, porém por muitos também é conhecido como “shopinho”, ou “*shopping antigo de São Caetano*”, conforme foi repetido por diversos moradores locais. Para todos os efeitos, ele será contabilizado como um SC do município, pois, também se encaixa nos critérios estabelecidos anteriormente.

Em novembro de 2011, foi inaugurado o Park Shopping São Caetano, que contava com 39.000 m² de ABL. O SC pertence à incorporadora Multiplan, que possui mais seis shoppings no estado de São Paulo, além de muitos outros espalhados pelo Brasil. O Park Shopping São Caetano também está, segundo informações do seu *site* oficial, destinado a atender prioritariamente às classes A e B (*Ver tabela 8*). De acordo com os dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, em 2011, ano de inauguração do *shopping*, 42,5% dos, pouco mais, de 150 mil moradores do município, enquadravam-se nessas classes sociais.

TABELA 8 – ESTRATO SÓCIO ECONÔMICO

Estrato Sócio Econômico	Renda média domiciliar mensal (R\$)
A	20.272,56
B1	8.695,88
B2	4.427,36
C1	2.409,01
C2	1.446,24
D – E	639,78

(Fonte: ABEP, baseado na PNAD, 2013).

³⁵ Antes de fechar as portas o shopping possuía 160 lojas. Em 2013, passaram a ser 230.

Já o município de Diadema recebeu a inauguração do seu primeiro *shopping center* em maio de 2009, nomeado de Shopping Praça da Moça, que possui 30.655 m² de ABL.

O município de Mauá possui dois *shoppings*. Em 1998, foi inaugurado o Shopping Popular de Mauá, atualmente chamado de Green Plaza Mauá, também conhecido como “shopinho”.

Em maio de 2002, ocorreu a inauguração do Mauá Plaza Shopping, atualmente com aproximadamente 50.000 m² de ABL.

O município de Ribeirão Pires continua possuindo apenas um shopping, o Shopping Center Duaik, inaugurado em 1987, ainda hoje definido como uma galeria por muitos moradores.

O município de Rio Grande da Serra é o único localizado no ABC paulista que não possui um *shopping center*.

Nas sete cidades, teríamos, conforme verificado, um número de 14 *shoppings*³⁶, em 2016 (*Ver tabela 9*). Porém, o que mais chama a atenção é a visão dos moradores em relação a esse número. A maioria esmagadora das pessoas as quais foram entrevistadas determinam de maneira categórica que no ABC existem nove *shoppings*, os nove que possuem maior área construída. Seriam eles: o Shopping ABC, o Grand Plaza Shopping e o Atrium Shopping, em Santo André; o Shopping Metrópole, o Golden Square Shopping e o São Bernardo Plaza Shopping, em São Bernardo do Campo; o Park Shopping São Caetano, em SCS³⁷; o Shopping Praça da Moça, em Diadema; e o Mauá Plaza Shopping, em Mauá.

³⁶ Essa contagem mostrou-se bastante complicada. Muitos moradores acrescentaram à contagem, por exemplo, o Shopping Popular de Diadema, ou mesmo o “Shopping do Rudge Ramos”, localizado em SBC, ambos que não se encaixam nos critérios estabelecidos por PINTAUDI (1989), o mesmo vale para os “auto-shoppings”.

³⁷ São Caetano do Sul.

TABELA 9 – EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE SC NO ABC PAULISTA

MUNICÍPIO	SC EM 1994	SC EM 2016
Santo André	2	4
São Bernardo	4	4
São Caetano do Sul	1	2
Diadema	-	1
Mauá	-	2
Ribeirão Pires	1	1
Rio Grande da Serra	-	-
TOTAL	8	14

Pesquisa direta – Elaborado pelo autor.

Em 1994, havia oito *shopping centers* no ABC paulista. Se os moradores entrevistados estivessem corretos quanto ao fato de que, atualmente, existiriam nove em todo ABC paulista, isso poderia colocar em dúvida a principal proposta de investigação da pesquisa, que é verificar a existência, ou não, de uma grande expansão nesse setor. Contudo, deve-se ressaltar que, mesmo se considerássemos (erroneamente) apenas esses nove SC mais mencionados, a expansão já poderia ser diagnosticada, afinal, os *shoppings* situados no ABC, em 2016, são consideravelmente diferentes daqueles oito levantados pela tese “*Contribuição geográfica ao estudo dos shopping-centers o caso do abc paulista*”. Isabel Aparecida Pinto (1994), afirmava em seu estudo sobre os *shoppings* do ABC que estes se diferenciavam de forma notória dos SC da capital paulista, pois apresentavam dimensões reduzidas. De acordo com a autora, em 1994, o maior SC do ABC, o antigo *Shopping Mappin ABC*, em Santo André, atualmente chamado de Shopping ABC, possuía 20.000 m² de ABL, no fim de 2016, tal empreendimento possuía mais que o dobro dessa extensão de ABL; e o maior dos SC na região, o Grand Plaza Shopping, também localizado no município andreense, possuía uma ABL de 72.000 m².

Pode-se verificar, dessa forma, que muitos *shoppings* já existentes, em 1994, foram reformados e ampliados, com o intuito de aumentar sua área destinada às vendas. Pinto (1994), afirmava que o antigo *Shopping Mappin ABC*, abrigava 44 lojas, além da maior parte ($\frac{3}{4}$) do SC que era ocupada pela própria loja da franquia *Mappin*. Contudo, desde

agosto de 1996, esse empreendimento é administrado pela gigante do setor BRMALLS, que foi a responsável por uma grande reformulação desse estabelecimento. Atualmente, segundo o site da administradora, o Shopping ABC, possui 49.247,15 m² de ABL, contando com quatro pisos ocupados por 244 lojas, e recebe um público anual de 7.8 milhões de pessoas³⁸.

As obras de expansão se sucedem, os exemplos são muitos. Em 2010, o Grand Plaza Shopping possuía 63.000 m² de ABL. Em 2016, ele possui 72.000 m² de ABL e continua passando por novas reformas de ampliação, que até o término desse estudo não haviam sido concluídas.

Também chama atenção, a diferença no padrão de desenvolvimento dos *shoppings* mais recentes, em contrate com os mais antigos, que não sofreram reformas tão expressivas, e são chamados de “*populares*” ou de galerias.

A expansão do número dos SC e suas ampliações podem estar relacionadas ao aumento, quase constante, do PIB bruto e do PIB per Capita, nos municípios da região, afinal, esses fatores indicariam um aumento do poder de compra dos moradores locais. O aumento contínuo desses valores só foi interrompido em 2012, quando pudemos verificar a primeira queda considerável no PIB. Tal acontecimento foi motivado, em grande parte, pela queda indicada pelo município de SBC, que ainda hoje depende muito do capital gerado pelas montadoras de automóveis, porém, o PIB per Capita geral da região, sempre apresentou aumento no período estudado. (Ver *tabela 10 e 11*).

³⁸ Informação fornecida pela administração do SC em seu site oficial.

TABELA 10 – PIB (MILHÕES DE R\$)

MUNICÍPIO	2008	2009	2010	2011	2012	2015
Santo André	13.303,11	14.709,22	17.260,59	17.872,55	18.085,14	25.027,92
São Bernardo	29.981,27	28.935,63	35.583,49	36.473,06	34.185,28	47.668,53
São Caetano	10.187,64	8.918,07	11.002,88	11.887,08	12.620,62	15.306,26
Diadema	9.311,67	9.969,63	11.256,03	11.767,57	11.645,67	13.428,06
Mauá	5.676,42	6.574,53	7.350,83	7.592,18	7.863,73	10.220,77
Ribeirão Pires	1.487,25	1.631,37	1.889,06	2.030,33	2.157,28	2.663,55
Rio Grande	351,9	421,57	487,13	528,22	536,97	521,26
ABC paulista	70.299,26	71.160,02	84.830,01	88.150,99	87.094,69	114.833,19

(Dados IMP/Seade/IBGE. Elaborado pelo autor).

TABELA 11 – PIB PER CAPITA (R\$)

MUNICÍPIO	2008	2009	2010	2011	2012
Santo André	19.809,03	21.835,49	25.526,74	26.358,68	26.598,42
São Bernardo	39.810,05	38.120,09	46.519,11	47.357,96	44.085,69
São Caetano	69.157,84	60.166,56	73.753,28	79.529,25	84.277,39
Diadema	24.449,5	26.001,3	29.172,94	30.337,08	29.863,53
Mauá	13.943,6	15.965,97	17.645,45	18.027,01	18.469,16
Ribeirão Pires	13.322,59	14.524,59	16.718,22	17.863,38	18.869,42
Rio Grande	8.234,72	9.727,01	11.093,29	11.869,15	11.905,51
ABC paulista	26.961,04	26.620,14	31.489,86	33.048,93	33.438,44

(Dados IMP/Seade. Elaborado pelo autor).

No site oficial do Atrium Shopping, existe uma pequena descrição da cidade de Santo André, intitulada “*Santo André uma cidade grande, uma cidade pequena*”. Nessa descrição, há a afirmação de que Santo André possui a 5ª melhor posição de consumo do estado de São Paulo, um potencial de R\$ 14,3 bilhões. O texto configura-se como uma espécie de justificativa para os investimentos do grupo aplicado à cidade.

3.2 – A relação entre os *Shopping Centers* e a dinâmica imobiliária no ABC paulista

O crescimento do número de *shoppings* e de empreendimentos imobiliários na região do ABC paulista foi considerável, sobretudo, entre as primeiras observações feitas na área de estudo, em 2012, e a conclusão desse trabalho, em 2016.

Sobre a dinâmica imobiliária, buscou-se verificar a ocorrência de aceleração de um processo de verticalização na área de estudo e houve alguns resultados. Apoiada nas pesquisas de Souza (1994), Nádia Somekh, em artigo publicado pela revista *Espaço & Debates*, afirmou que: “O termo verticalização foi definido como a possibilidade de multiplicação do solo urbano permitida pelo elevador” (SOMEKH, 1987, p. 72). Sendo assim, um bom medidor para verificar a ocorrência da esperada verticalização é a análise da expansão do uso desse objeto técnico, o elevador. Um indício, do aumento do uso desse objeto técnico na região, é ilustrado pela reportagem publicada no Diário do Grande ABC, em 2013.

A Elevadores Otis investiu US\$ 30 milhões para transferir sua sede no Brasil, localizada no bairro Cooperativa, em São Bernardo, para outro imóvel no mesmo bairro, em que a empresa teve sua capacidade de produção ampliada em 50%. A mudança, concluída recentemente, teve como objetivo criar as condições de a empresa atender melhor o crescimento do mercado nacional da construção civil, que segue em ascensão. Segundo o diretor de operações da fabricante, Júlio Bellinassi, nos últimos cinco anos, esse mercado dobrou de tamanho e deve continuar em alta nos próximos anos. (Diário do Grande ABC, 26/10/2013).

O investimento de 30 milhões de dólares promovido pela multinacional estadunidense, em um bairro de São Bernardo do Campo, sem dúvidas chama atenção. Principalmente, pelo fato de que, em 2004, um representante da mesma empresa declarou a retração que o setor de elevadores sofria no ABC, como indica outra reportagem de novembro daquele ano, pelo mesmo jornal citado anteriormente.

Segundo o gerente nacional de vendas e marketing, Marcelo Siviero, o mercado de elevadores – atrelado ao setor de construção civil em empreendimentos de mais três andares – deve crescer este ano próximo aos índices estimados para o PIB (Produto Interno Bruto), entre 3% e 4%. No Grande ABC, segundo ele, as obras que demandam elevadores

apresentaram retração nos últimos dois anos em função do êxodo industrial. (Diário do Grande ABC, 13/11/2004).

Outro elemento que chama atenção é a mudança, muitas vezes repentina, nas áreas ao redor dos SC. Em seu levantamento realizado a respeito da capital paulista, Somekh (1987) afirmava que um dos claros indícios da ocorrência da verticalização era a existência de terrenos “desocupados”, que de maneira geral, eram utilizados como estacionamento, pois, em pouco tempo, esse terreno seria ocupado por um arranha-céu.

Diversos dos terrenos na área de estudo, ladeados por um SC, que recentemente passaram a abrigar a construção de um prédio, ou condomínio de prédios, eram “terrenos desocupados”. Processo que ainda continua presente no cotidiano de quem mora na área. Na segunda metade do ano de 2016, ao lado do reformado Shopping Golden Square, um grande estacionamento particular foi inaugurado, localizado na Av. Kennedy, um dos m² mais caros da cidade, ainda mais valorizado após a abertura do novo Golden. Existem indícios de que o estacionamento não ficará ali por muito tempo³⁹.

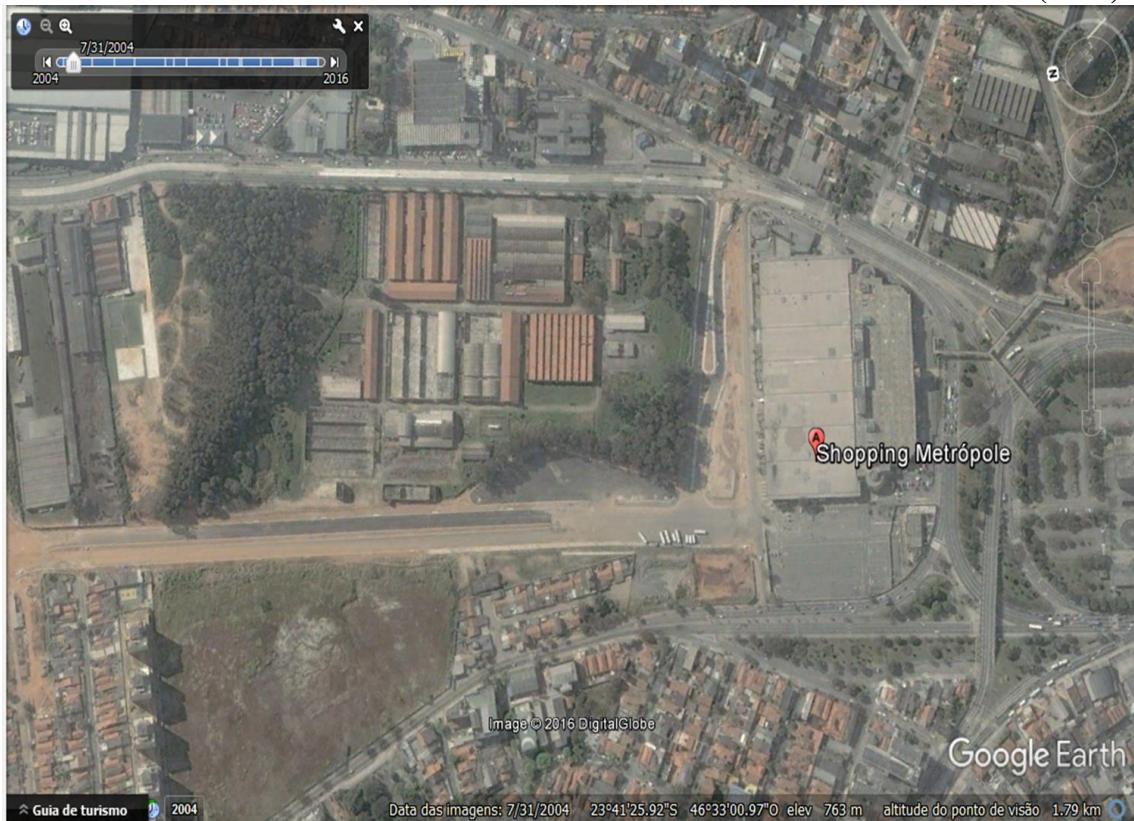
Grandes condomínios residenciais e comerciais também surgiram nos arredores dos novos SC. Em Santo André, ao lado do Grand Plaza Shopping, um grande condomínio vem sendo construído, desde 2012, ele recebeu o nome de Cidade Viva, e contará com um lago artificial, além de um pequeno bosque plantado. O terreno anteriormente foi ocupado pela multinacional francesa *Fichet & Schwartz Hautmont*, uma estamparia que fabricava armários e estruturas de ferro; pela *Norton*, uma grande caldeiraria; pela *Clauzer*, indústria metalúrgica, além de outras indústrias menores. De acordo com o superintendente do SC, Henrique Carvalho, as obras as quais o SC iniciou em 2010, foi motivada pela expansão do setor imobiliário nas áreas próximas ao *shopping*. Milton Bigucci, presidente da Associação dos Construtores, Imobiliárias e Administradoras do Grande ABC, afirmou que a região vem atraindo muitos consumidores para os SC e novos moradores, pois os apartamentos possuem preços de 15 a 20% mais baratos que a capital paulista. Segundo a associação, no primeiro semestre de 2011, 4.191 apartamentos haviam sido lançados em São Caetano, São Bernardo, Santo André, Diadema e Mauá⁴⁰.

³⁹ Durante a conclusão desse estudo, o terreno do estacionamento passou a dividir espaço com uma grande lanchonete e já existem muitas placas de “vende-se”, “aluga-se” no local.

⁴⁰ Dados fornecidos em entrevista para a Revista Veja Negócios, em outubro de 2011.

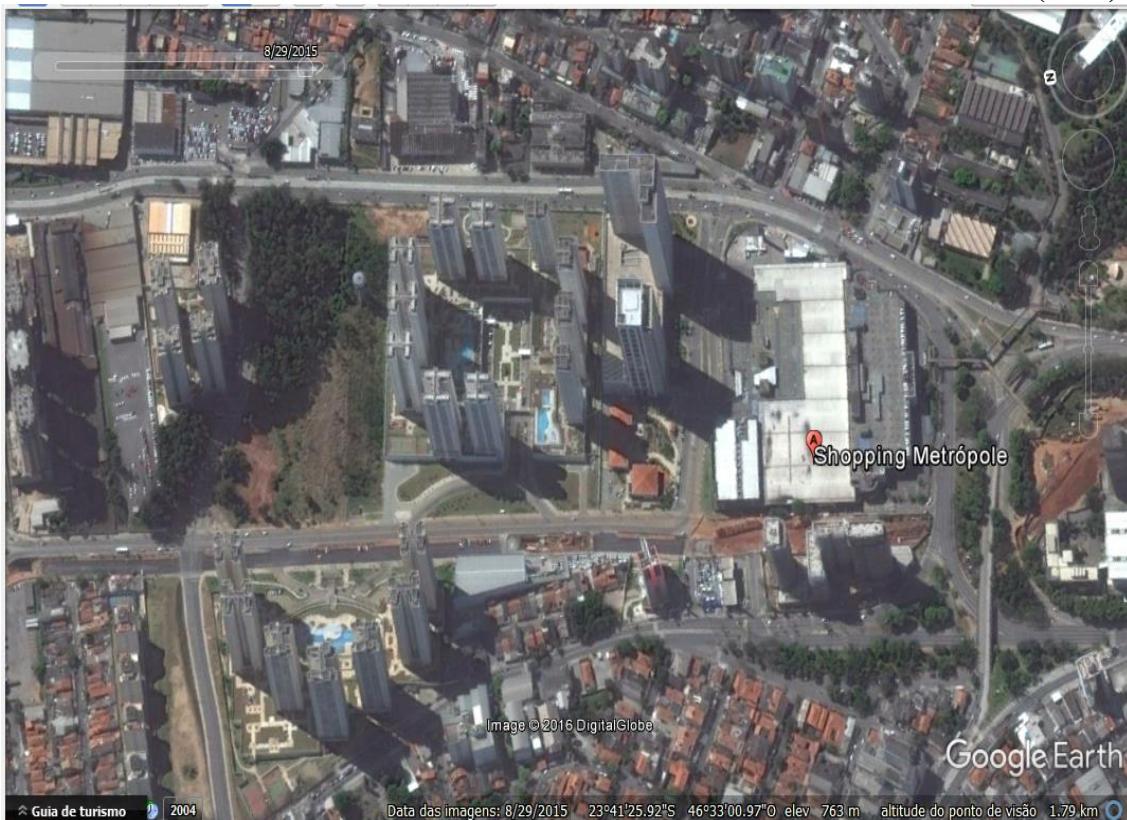
Podemos observar também, que algumas das grandes reformas nesses SC ocorreram concomitantemente com o surgimento desses condomínios, como é o caso do Domo Home, ao lado do Shopping Metrópole (*Ver imagem 10 e 11*), ou do MARCO ZERO, empreendimento residencial e comercial construído pela MBigucci, próximo ao Shopping Golden Square, na já citada Av. Kennedy.

IMAGEM 10 – PROXIMIDADES DO SHOPPING METRÓPOLE (2004)



Fonte: Google Earth, 2016

IMAGEM 11 – PROXIMIDADES DO SHOPPING METRÓPOLE (2015)



Fonte: Google Earth, 2016.

A observação da *imagem 10* nos permite verificar a existência de um grande terreno, ao lado do SC, dominado por árvores e galpões típicos das antigas indústrias que existiam na área. O espaço em questão, no passado, foi ocupado por uma das mais importantes indústrias de tecelagem da região, a *Tognato*. Além disso, pode-se observar um grande terreno baldio, ao lado de um local utilizado para estacionamento de caminhões e próximo a uma rua de terra. Já, na *imagem 11*, registrada em 2015, muitas alterações são visíveis. Além do aumento da área do SC, podemos observar que o terreno da antiga *Tognato*, foi completamente tomado pelas torres que formam o Residencial *Domo Home*, já citado anteriormente; o conjunto apresenta apartamentos de até 156 m² e custam em torno de R\$ 1.500.000,00⁴¹.

O antigo terreno baldio foi ocupado por um conjunto residencial, mudança acompanhada do asfaltamento da antiga rua de terra e do surgimento de novas vias de circulação. Na extrema direita da imagem, é possível observar o grande canteiro de obras

⁴¹ Pesquisa direta realizada pelo autor junto à corretora PDG.

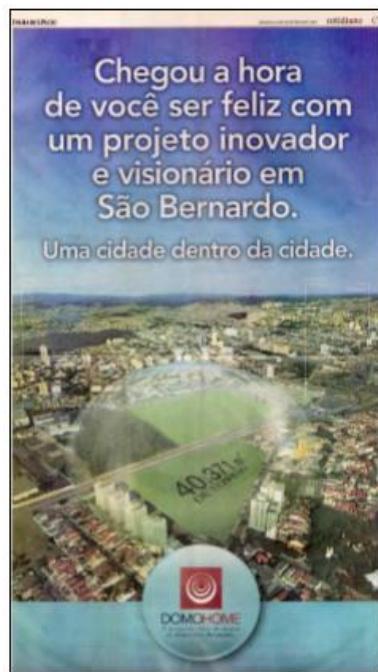
que se tornou o paço municipal que abriga a sede da prefeitura do município. Desde o início das obras que deram origem aos condomínios mencionados, em 2010, a prefeitura de SBC vem investindo no projeto DRENAR, o qual pretende acabar, ou pelo menos, minimizar os problemas dos alagamentos e das inundações, principalmente, no centro do município. Sob o paço municipal, vem sendo construído um grande piscinão, que até o término do estudo ainda não havia sido concluído.

Além do projeto DRENAR, a prefeitura investiu na abertura de novas ruas e ampliação das já existentes. Podemos citar o caso das obras de rebaixamento e alargamento da Av. Lions, que é um importante meio de ligação entre a Avenida dos Estados e a Rodovia Anchieta. As obras foram iniciadas em 2009, e quando concluídas ajudaram a desafogar parte dos congestionamentos nas avenidas Vergueiro, Kennedy e Pereira Barreto, todas em SBC, e utilizadas para acessar os *shoppings* Golden e Metrópole, além do residencial Domo.

Mesmo com todas as mudanças que ocorreram e ainda estão ocorrendo nos arredores do Shopping Metrópole e do chamado DOMO HOME, as incorporadoras responsáveis conhecem bem as limitações do tráfego de veículos cada vez mais intenso na área. As propagandas relacionadas a esse condomínio consistem em ressaltar elementos como a segurança e a possibilidade de acesso a consultas médicas, escritórios e lazer sem sair da área do próprio empreendimento. Já existem locais de acesso que os moradores podem utilizar para chegar ao DOMO BUSINESS. Em propaganda vinculada no jornal Folha de São Paulo, em outubro de 2007, intitulada “uma cidade dentro da cidade”, esses elementos são colocados de maneira bastante evidente. (*Ver imagem 12*)

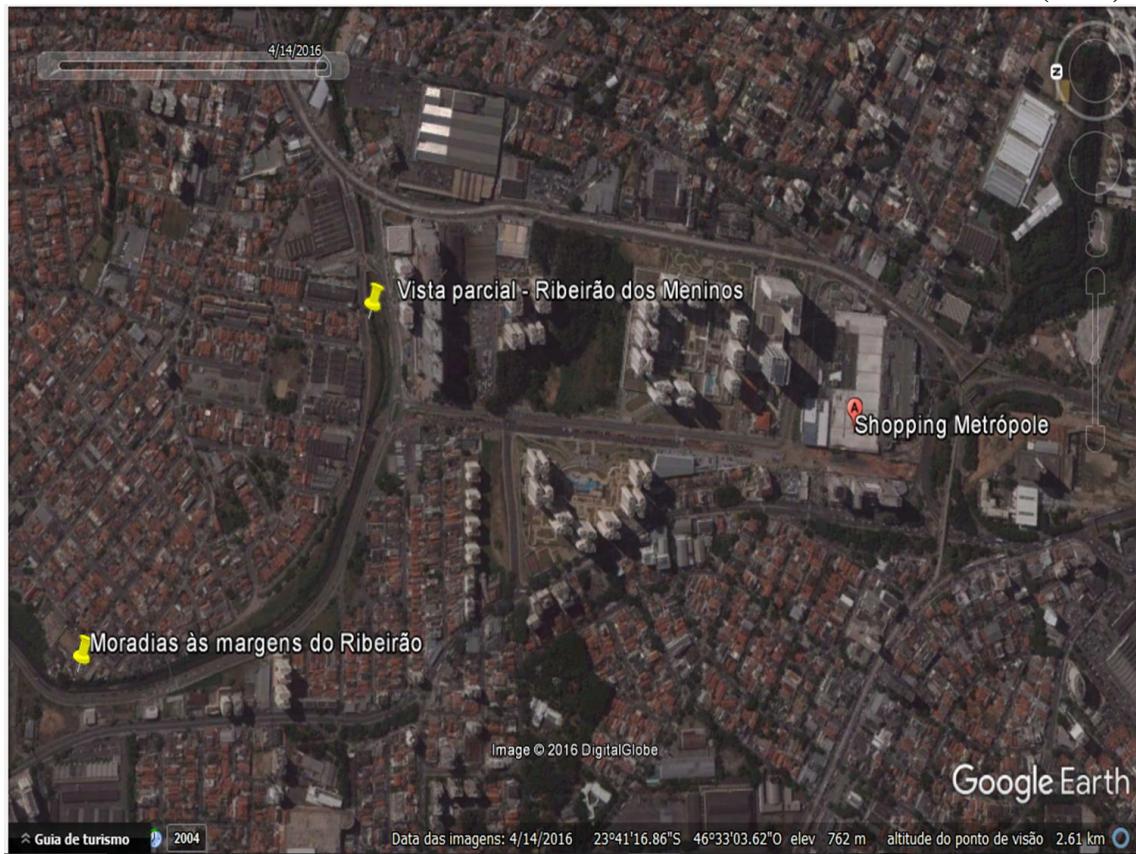
Nas mediações do Ribeirão dos Meninos, afluente do Tamanduateí, e marco do limite entre os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, podemos observar áreas que, fisicamente estão próximas, mas que vivem realidades completamente distintas. Após as obras de ampliação do Shopping Metrópole e da construção do residencial supracitado, a diferenciação entre elas vem aumentando (*Ver imagem 13*).

IMAGEM 12 – PROPAGANDA DOMO HOME (2007)



Fonte: Folha de São Paulo, 2007. Retirado de NOBRE, 2013, p. 105.

IMAGEM 13 – PROXIMIDADES DO SHOPPING METRÓPOLE (2016)



Fonte: Google Earth, 2016.

Nas margens do Ribeirão, nas proximidades da Av. Pereira Barreto, uma das principais vias de ligação entre o município andrenense e o são-bernardense, na área indicada na imagem 12 com os dizeres “Vista parcial – Ribeirão dos Meninos”, até o ano de 2011, existia uma rua de terra, com péssima iluminação. Os moradores há anos reclamavam da insegurança tanto para os que transitavam de carro, com o intuito de acessar essa importante avenida, quanto para os que caminhavam em direção aos pontos de ônibus do bairro Jardim Bom Pastor, em Santo André. Além disso, as inundações eram uma realidade presente, sobretudo, nos períodos de maior incidência de chuvas, entre dezembro e março. Durante um longo período, mesmo com constantes reivindicações dos moradores de bairros próximos como os do Jardim Bom Pastor, Parque Bandeirantes e Jardim Ocara (todos em Santo André), nenhuma atitude era tomada. O representante da “Associação dos moradores do Jardim Bom Pastor” afirmou⁴² que as prefeituras de Santo André e SBC empurravam a responsabilidade das obras uma para a outra, em razão da localização da rua que ficava entre os municípios.

Em 2011, concomitantemente com o início das obras de reforma pela qual passou o Shopping Metrópole, e também da inauguração das obras que dariam origem a grandes empreendimentos residenciais e empresariais nas proximidades, a rua em questão passou finalmente por uma grande reformulação. (*Ver imagem 14*). A rua foi completamente asfaltada e o Ribeirão passou por mudanças que acabaram por impedir que novas inundações acontecessem desde então.

⁴² Em entrevista realizada com o presidente da Associação, que se identificou como Natan.

IMAGEM 14 – MARGEM DO RIBEIRÃO DOS MENINOS (2011)



Fotografado pelo autor em ago./2011

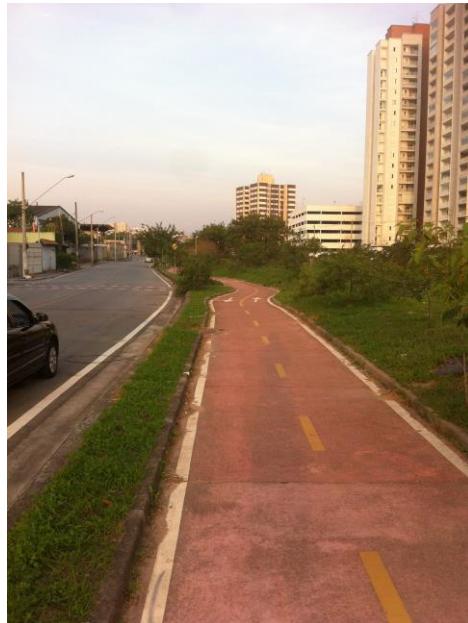
Em 2016, já era possível ver as mudanças. Existia ao lado do Ribeirão uma, relativamente longa, ciclo-faixa, as margens foram modificadas, inclusive recebendo nova vegetação, além da chegada dos prédios. (*Ver imagem 15*). Impressiona a velocidade com que uma área há tanto tempo degradada, e há tanto tempo reivindicada pelos moradores, foi refuncionalizada. Um novo perfil de morador foi atraído para essa área, com apartamentos que possuem preços que variam entre R\$ 600.000,00 e R\$ 800.000,00 (*Ver imagem 16*). Na junção entre a Rua Professor Licínio e a Abrão Delega (rua que dá acesso à antiga rua de terra), existe um conjunto de pequenos prédios, com no máximo três andares, que são anteriores às obras de revitalização do ribeirão, esses prédios possuem apartamentos que, se diferenciam dos novos, a começar por sua estrutura, com metragem máxima de 70 m², e chegam a custar no máximo R\$ 350.000,00⁴³ (*Ver imagem 17*).

A construção de uma ciclo-faixa, o asfaltamento da rua, o recebimento de uma nova vegetação e as obras para evitar as inundações, são fatores que ajudam na revalorização do lugar, e como asseverou Carlos (2009), o Estado tem papel fundamental nesse processo, é a ação dele que desencadeia a revalorização, atraindo e expulsando moradores.

Ainda na Rua Professor Licínio, que dá acesso às avenidas Pereira Barreto e Lauro Gomes, que podem ser utilizadas para ter acesso ao Shopping ABC e Metrópole,

respectivamente, foram iniciadas em 2016, as obras do que promete ser a maior torre de Santo André (Ver imagem 18), no local anteriormente ocupado por uma metalúrgica. A torre que recebeu o nome de *Sky Patriani* terá 33 andares, sendo três destinados a instalação de estacionamentos.

IMAGEM 15 – MARGEM DO RIBEIRÃO DOS MENINOS (2016)



Fotografado pelo autor em ago./2016

IMAGEM 16 – PRÉDIO ÀS MARGENS DO RIBEIRÃO



Fotografado pelo autor em dez./2016. Visão parcial dos prédios a partir da Rua Abrão Delega.

⁴³ Pesquisa direta realizada pelo autor.

IMAGEM 17 – VISTA PARCIAL DA RUA ABRÃO DELEGA



Fotografado pelo autor em dez./2016

IMAGEM 18 – CANTEIRO DE OBRAS NA RUA PROFESSOR LICÍNIO



Fotografado pelo autor em dez./2016. Na placa existem os seguintes dizeres: “Já estamos construindo a torre mais alta de Santo André”.

Podemos identificar que tais mudanças trouxeram consigo uma realidade exclusão que vem tomando cada vez mais forma. Ainda nas margens do Ribeirão, na área indicada na imagem 12, com os dizeres, “moradias às margens do Ribeirão”, encontra-se a

comunidade São João, ou como é chamada pelos moradores a “vilinha”⁴⁴. Ela abriga aproximadamente 250 famílias⁴⁵ (*Ver imagem 19*). A rua que vem sendo asfaltada, desde 2011, está cada vez mais próxima da comunidade. Os moradores já demonstram grande preocupação com o seu futuro e temem a retirada das famílias do local sem que haja “um acordo justo”.

As condições de vida na comunidade são precárias, como pode ser visto na imagem 19, algumas moradias estão, literalmente, caindo dentro do ribeirão.

IMAGEM 19 – COMUNIDADE SÃO JOÃO



Fotografado pelo autor em ago./2016

Muitos casos de desapropriação, em decorrência de obras de reurbanização vêm ocorrendo na área de estudo, dentre os exemplos mais emblemáticos, podemos citar aquele que ocorreu, no início da década de 2000, no município de Santo André, próximo ao local onde atualmente temos o Atrium Shopping, localizado na Rua Giovanni Battista Pirelli, que

⁴⁴ Nos bairros próximos a comunidade também é conhecida como “favela do duto”, por ser uma área de passagem de um duto da Petrobrás.

⁴⁵ Pesquisa direta realizada com moradores da comunidade.

faz a ligação entre Santo André e o município de Mauá. Como indicou Alvarez (2008) tais desapropriações foram decorrentes da *Operação Urbana Cidade Pirelli* promovida pela Prefeitura Municipal de Santo André, a qual indicava que a operação consistia em substituir parte da indústria *Pirelli*, por um Centro Empresarial, com ampliação e requalificação do setor viário, sobretudo da Rua Giovanni Battista Pirelli, construção de um parque público, além do levantamento de um fundo para desenvolvimento urbano que seria revertido para a criação de uma cobertura e requalificação do calçadão comercial da Rua Coronel Oliveira Lima, no centro do mesmo município.

A mesma autora alerta que essa operação foi bastante emblemática devido à participação da prefeitura na promoção de ações que contribuíram, sobretudo, com o capital financeiro e imobiliário, resultando em um processo de gentrificação e de especulação imobiliária. A operação foi autorizada pela Câmara Municipal, o que de certa forma permitiria maior controle por parte dos moradores e comerciantes, em relação ao processo de desapropriação.

No entanto, embora os princípios gerais tivessem sido aprovados por lei com votação dos vereadores, o que pelo menos em tese garantia maior conhecimento do projeto e participação da população, a execução dos termos das permutas, isenção de IPTU, calendário de obras, valor das desapropriações, etc. foram formalizados em acordos na forma de Termos de Compromisso, assinados apenas entre o poder executivo e os empreendedores, sem nenhuma forma de participação ou de controle social. [...] A empresa conseguiu reestruturar o desenho de suas propriedades, com a Rua Giovanni Battista Pirelli reurbanizada, valorizando seus próprios imóveis [...] Além disso, e mais significativo, é o fato de as residências foram trocadas por uma praça, o que mostra que, a maior parte dos imóveis desapropriados não atrapalharia o projeto Cidade Pirelli, a não ser pelo fato de serem velhos e abrigarem uma população que não dispunha de alto poder de consumo. (ALVAREZ, 2008, p. 177 e 206).

O processo de desocupação foi bastante traumático, os moradores, receberam propostas de indenizações muito inferiores ao esperado e ao que já havia sido estabelecido inicialmente. Caso não tivesse ocorrido o processo de resistência promovido pelos moradores locais, as desapropriações teriam sido ainda mais controversas. Se existem tantas dificuldades, mesmo quando o projeto foi aprovado pela Câmara Municipal, em um local onde a maior parte dos moradores possuía documentação que comprovava a posse dos

terrenos, os cenários projetados para locais como a comunidade São João, não são animadores, sobretudo, do ponto de vista daqueles que vivem nessas áreas.

3.3 – O acúmulo de funções nos *shoppings* e o esvaziamento do espaço público

Os *shoppings*, durante o período observado, vêm acumulando funções e ganhando importância gradual na região.

O Shopping ABC, em Santo André, conta, por exemplo, com uma sede da Polícia Federal, na qual é possível realizar o agendamento e a emissão de passaportes. Conta também com um laboratório de medicina diagnóstica, além de uma academia de alto padrão, com mensalidades médias de R\$ 350,00. De acordo com o site oficial do *shopping*, “atividades recreativas”, também são realizadas: “[...] acontecem mais de 10 eventos durante o ano! Já passaram por aqui Roda Gigante da Galinha Pintadinha, Angry Birds, Barbie e Max Steel, Disney Infinity”. Tais atividades buscam claramente um público alvo.

O São Bernardo Plaza Shopping, localizado no bairro de Ferrazópolis, o qual registra maior parte da população com menor poder aquisitivo, conta com um consultório médico que trabalha, segundo os organizadores, com “preços populares”, apresentando uma variedade de exames que oscilam entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00.

O Grand Plaza Shopping, também em Santo André, define em seu site oficial que: “Junto às opções de lazer permanentes, [...] investe regularmente na promoção de eventos temáticos e quase sempre com caráter sociocultural e educativo”. Diversas vezes, durante o ano, o *shopping* é palco de exposições temáticas, algumas delas definidas, pelos próprios organizadores, como “educativas”, como foi o caso da exposição “*Gigantes da Era do Gelo*”, exposta no SC entre 07/07 e 15/08 de 2015. A exposição já passou por diversos *shoppings* brasileiros e chegou de maneira inédita no ABC paulista. A exposição foi completamente gratuita e fez bastante sucesso, principalmente entre as crianças. Apesar da gratuidade, o sucesso entre as crianças (público alvo) garante a presença de seus pais e mães no SC, exemplo semelhante ao que foi retratado pela escolha das exposições realizadas no Shopping ABC. Essa é apenas uma das táticas de atração de consumidores adotadas por esses centros comerciais.

O estadunidense Paco Underhill (2004), estudioso dos *shoppings* ao redor do mundo, afirma em seu livro, intitulado “*A magia dos shoppings*”, no capítulo, com sugestivo nome de “*Por que os shoppings temem a liberdade?*”, que, nos subúrbios, os espaços para eventos públicos costumam ser poucos; dessa forma, quase todos os eventos sociais passam a se realizar dentro dos *shoppings*.

O ABC paulista formou-se como subúrbio da capital paulista, assim sendo, a ausência de espaços públicos voltados à cultura e ao lazer favorece aos interesses desses centros comerciais, que passam a acumular essas determinadas funções. Os exemplos apresentados por Underhill (2004) são diversos, os pais que levam os filhos aos passeios, supostamente culturais, nos *shoppings*, aproveitam e fazem suas compras; os adultos que decidem encontrar-se com amigos, escolhem a praça de alimentação para tal; essa por sua vez, paulatinamente vem oferecendo mais atrações, como música ao vivo ou opções de culinária diversificadas; os casais que querem ir ao cinema, ou até em alguns casos, ao teatro, encontram isso no SC. Como tem sido apresentado no decorrer do trabalho, o SC vem abrigando até funções burocráticas como a de emissão de documentos, como no caso do *poupatempo*, no Shopping Atrium e da Polícia Federal no Shopping ABC.

Os moradores das áreas ao redor sentem-se cada vez mais familiarizados com o ambiente encontrado no interior dos SC. Ao mesmo tempo, perdem suas referências na cidade. A expansão dos *shopping centers* e refuncionalização das áreas ao seu redor desencadearam mudanças na cidade e consigo levaram à mudança na vida de seus habitantes. Ana Fani Carlos (2015) propõe que a vida das pessoas se modifica na mesma velocidade em que se efetua a reprodução da cidade, e, durante esse processo, os moradores parecem perder suas próprias referências. Até mesmo as mudanças, vista por alguns como mais simples, podem causar mudanças comportamentais como foi o caso da reforma que em 2011 alterou toda a faixada do Shopping Metrópole localizado no município de São Bernardo do Campo.

Antes da reforma, a principal entrada do *shopping* possuía um grande relógio de pêndulo (*Ver imagem 20*), um famoso ponto de referência utilizado como ponto de encontro entre jovens. Após a reforma de ampliação, em projeto apresentado pela empresa Control Tec, a fachada foi reformulada e o relógio foi retirado (*Ver imagem 21*). Como dito anteriormente, essa pode parecer uma mudança muito sutil, porém ela teve um efeito

prático sobre a vida dos que circulam pelas proximidades. O estranhamento gerado por essa reforma foi sentido por muitos, tanto moradores quanto por aqueles que passam todos os dias pela área indo e voltando de seus empregos ou de instituição de ensino.

Os cidadãos da cidade sentem que fazem parte dela e que ela é parte deles. A retirada de um “ponto de referência”, sem uma consulta popular, mesmo quando estamos tratando de uma propriedade particular, gerou um sentimento de vazio, uma perda de referência. Os sentimentos entre os entrevistados foram diversos. Entre os que não aprovaram a mudança, existiam os que afirmavam que a nova fachada era esteticamente feia, ou que simplesmente sentiam saudade da antiga. Contudo, o que mais chamou a atenção foi o sentimento de surpresa relatado pelos moradores das áreas próximas, quando descobriram, na época em que a obra estava sendo feita, que a empresa SONAE SIERRA, responsável pelo SC, não havia feito nenhum tipo de consulta popular, pois sentiam que, de alguma forma, aquilo também os pertencia.

IMAGEM 20 – ANTIGA FACHADA DO SHOPPING METRÓPOLE



Fonte: Adriano Kuik, 2008.

IMAGEM 21 – ATUAL FACHADA DO SHOPPING METRÓPOLE



Fonte: Control Tec, 2016.

Em sua pesquisa Somekh (1987) chamava atenção para o processo de verticalização pelo qual a capital paulista estava passando. O texto escrito na década de 1980 aplica-se, salvo as devidas proporções, ao momento pelo qual o ABC paulista vem passando atualmente. O processo que aparentemente parece novo na periferia paulista, já tem ocorrido há muitas décadas na capital, mas como bem lembrou Milton Santos “o novo não chega em todos os lugares e, quando chega, não é no mesmo momento; por isso o novo nem sempre chega quando é absolutamente novo” (SANTOS, 2014, p. 107).

Sendo assim, se tal processo tem se desenvolvido na capital há décadas, podemos estimar as formas pelas quais ele, possivelmente, irá se desenrolar nas áreas onde ainda é novidade. Esse exercício é de grande importância para que possamos aprender com os acontecimentos do passado e que, dessa forma, possamos tentar agir no sentido de evitar que os mesmos problemas se repitam. Somekh (1987) já dizia que o adensamento urbano verificado na cidade de São Paulo foi viabilizado pela verticalização e poderia ser desejável no que se refere à consolidação de investimentos nas áreas urbanas. Porém, alertava que seria preciso estudar com calma os custos de implantação da estrutura que daria as bases necessárias para esse desenvolvimento, salientando a preocupação com o veemente favorecimento que as classes de alta renda receberiam e a consequente exclusão que a população de baixa renda poderia sofrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão dos *shopping centers* e de empreendimentos imobiliários no ABC paulista têm gerado grandes mudanças tanto na paisagem urbana, quanto na funcionalidade de certas áreas da cidade e, por último, e não menos importante, no cotidiano dos moradores e transeuntes.

A mudança que para determinada parcela da sociedade é bem vista pois significa a revitalização das áreas degradadas após a saída de muitas indústrias e a instalação de novos equipamentos urbanos (como parques urbanos, ciclo-faixas, lombadas inteligentes), pistas de desaceleração para acessar aos SC, revitalização e abertura de novas vias de circulação, estabelecimento de obras para melhorar o escoamento das águas da chuva, além do estímulo ao consumo e da geração de emprego. Por outros é vista como uma espécie de força de repulsão, resultado do aumento dos aluguéis, ou mesmo das desapropriações.

Os exemplos são muitos, entretanto, o que vem ocorrendo na proximidade dos limites dos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, chama atenção. Como apresentado no capítulo final dessa pesquisa, as proximidades do Shopping Metrópole, em SBC, sobretudo, na área das antigas instalações da fábrica têxtil *Tognato*, sofreram grandes transformações, com o surgimento do empreendimento DOMO, a revitalização do SC e as obras do paço municipal. Tudo isso a poucos quilômetros da Comunidade São João. O contraste entre a “cidade abastada e a cidade pobre (que) formam uma só” (SANTOS, 2012, p. 14) é cada vez mais evidente com essas mudanças.

Pode-se dizer que o mesmo acontece em São Caetano do Sul, no Bairro Cerâmica, onde a construção do Park Shopping São Caetano, foi apenas mais uma das etapas de revitalização da área, que atualmente abriga, além desse empreendimento comercial, condomínios de casas e apartamentos de alto padrão, a poucos quarteirões do maior hangar de helicópteros do ABC paulista. Esse complexo está separado pelo mesmo Ribeirão dos Meninos, da favela do Heliópolis, já no município de São Paulo. Alvarez (2008) já alertava que as ações empreendidas na revitalização e refuncionalização das áreas industriais do ABC, as quais resultaram, entre outros fatores, na expansão dos *shopping centers*, produziam a revalorização seletiva dos lugares. A autora entrevia, no fim da década de 2000, um aprofundamento dessa tendência de seletividade, fato que pode ser observado durante o decorrer do estudo.

Os *shoppings*, nos modelos daqueles que podem ser encontrados na capital paulista ou os de menor porte, têm gradativamente ocupado um papel importante no cotidiano dos moradores do ABC paulista, eles se tornaram, de maneira inegável, uma realidade presente. O intuito do presente estudo foi compreender por quais razões e como o setor dos SC passou por uma expansão na região, assim como, depreender os efeitos que a chegada ou revitalização deles tiveram sobre suas áreas circundantes, e como tal processo vem afetando a vida daqueles que moram em áreas próximas, contudo, sem a menor pretensão de esgotar o assunto. Nesse sentido, espera-se que de alguma forma, esse trabalho tenha contribuído para a compreensão da realidade vivenciada na área de estudo.

REFERÊNCIAS

ABEP. Critério de classificação econômica Brasil. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Última visualização: ago/2016.

ABRASCE. Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings. Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br/site/monitoramento/evolucao-do-setor>> Última visualização: nov./2015.

ALSHOP. Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings. Disponível em: <<http://www.alshop.com.br/dados-sobre-emprego-no-setor-de-shoppings-centers.php>> Última visualização: nov./2015.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A reprodução da metrópole: O projeto Eixo Tamanduatehy. Doutorado em Geografia. USP, Brasil. Ano de obtenção: 2008. Orientadora: Ana Fani Alessandri.

ANCAR IVANHOE. Disponível em: <<http://www.ancar.com.br/card/golden-square>> Última visualização: ago./2016.

atrium shopping. Disponível em: <<http://atriumshoppingsantoandre.com.br/shopping.asp>> Última visualização: ago./2016.

BRMALLS. Disponível em: <http://ri.brmalls.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28> Última visualização: ago./2016.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Editora Brasiliense. 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 9. ed., 2^a reimpressão – (Repensando a Geografia) São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. In: Cidades - Grupo de Estudos Urbanos – GEU, São Paulo, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como “negócio”. In: Urbanização e Mundialização – estudos sobre a metrópole, São Paulo, Contexto, 2004.

CCE. Disponível em: <<http://www.ccesaocaetano.com.br/>>. Última visualização: ago/2016.

CHOMSKY, Noam. O governo do futuro; tradução de Maria Parula. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC – Juntos pelo Grande ABC.
Relatório 2013/2016. Disponível em <http://www.consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/CI_0015_16_Consorcio_Revista_23x23cm_alt11_view_Vers%C3%A3o%20final.pdf> Última visualização: dez./2016.

CONTROL TEC – Gerenciamento de obras. Disponível em:
<<http://www.controltec.com.br/projetos-controltec/shopping-metropole-sbc/#prettyPhoto>>
Última visualização: dez./2016.

DAMINIANI, Amélia Luisa. A reprodução da cidade como “negócio”. In: Urbanização e Mundialização – estudos sobre a metrópole, São Paulo, Contexto, 2004.

DANIEL, Celso. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: A câmara regional do Grande ABC. Santo André, dez. 1999.

DEAN, W. A Matriz Econômica: A Importação e Origens sociais: a Burguesia Rural. IN: A Industrialização de São Paulo (1880 a 1945). Série: Corpo e Alma do Brasil. 1971.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Arquivo. <<http://www.dgabc.com.br/>>. Última visualização: ago/2016.

DRENAR – Projeto Drenar da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/19965/cartilha_drenar_15x21.compressed.pdf/a6353bf0-674b-4c01-81da-cc517b7782e0>

CEM – Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole>>. Última visualização: ago./2016.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Última visualização: dez./2016.

ENDICI – Encyclopédia discursiva da cidade. <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=242>>. Última visualização: dez./2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/>>. Última visualização: dez./2016.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina / Tradução: Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. (Coleção L&PM POCKET; v.900).

GRAND PLAZA SHOPPING. Disponível em: <<http://www.grandplazashopping.com.br/shopping/informacoes/nome/Grand-Plaza>>. Última visualização: ago./2016.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. Os limites do Capital. [recurso eletrônico] / Tradução: Magda Lopes. [1.ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2004.

IBGE – Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>> Última visualização ago./2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas de população para 1º de julho de 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtml>. Última visualização ago./2016.

IMP – Informações dos municípios paulistas. Seade. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/>> Última consulta: ago./2016.

KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENCIONI, Sandra. Helicópteros em São Paulo: O controle do espaço aéreo e a insubordinação dos helipontos. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Sandra%20Lencioni.pdf>

LIPPIETZ, Alain. Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPPIETZ, Alain. “O Mundo do Pós-Fordismo”. Indicadores Econômicos. Tradução de Ernesto Xavier e revisão técnica de Luiz Augusto Faria, 1997. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1256/1613>

LIPIETZ, Alain & LEBORGNE, Danielle. O Pós-Fordismo e seu Espaço. Espaço & Debates. São Paulo: NERU, v.8, n.25, p.12-29, 1988.

MULTIPLAN. Disponível em: <<http://multiplan.com.br/>>. Última visualização: ago/2016.

NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Coleção Momento, Editora da UNICAMP. Campinas, 1996.

NOBRE, Cássia Calastri. Projetos urbanos ou empreendimentos imobiliários? O caso Cidade Pirelli em Santo André. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Mackenzie, 2013. Orientadora: Nádia Smokh.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/PerfilMunicipal/LocalizacaoGeografica.aspx>>. Última visualização: dez/2016.

PINTAUDI, S. M. O Templo da Mercadoria: estudo sobre os Shopping Centers do Estado de São Paulo, São Paulo: USP, 1989. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PINTO, Isabel Aparecida. Contribuição geográfica ao estudo dos shopping-centers o caso do abc paulista. Mestrado em Geografia. USP, Brasil. Ano de obtenção: 1994. Orientadora: Ana Fani Alessandri.

SANTOS, Milton. A forma e o Tempo: A história da cidade e do urbano. In: Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. – 6. ed. 2. reimpr. – São Paulo. Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. 2. Ed. 1. reimpr. – São Paulo. Edusp, 2012.

SASSEN, Saskia. “A Cidade Global”. In: Lena LEVINAS et al (org.), Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil, São Paulo, Anpur/ Hucitec, 1993.

SHOPPING METRÓPOLE. Disponível em:
<http://www.shoppingmetropole.com.br/blog/35-anos-do-shopping-metropole-viva/>
Última visita: ago./2016.

SOMEKH, Nadia. A verticalização de São Paulo: Um elemento de segregação urbana. In: Espaços & Debates nº 21, ano VII- Vol. 1. São Paulo – SP, 1987.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1994. (Estudos urbanos; nº 8).

UNDERHILL, Paco. A magia dos shoppings: como os shoppings atraem e seduzem; tradução Ana Beatriz Rodrigues — 2ª reimpressão – Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Disponível em:
<http://www.metodista.br>. Última visita: dez./2016.